

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA  
FONSECA – CEFET/RJ CURSO DE LINGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS ÀS  
NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS – LEANI**

**Giulia Rossini Oliveto**

**POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO NORTE-AMERICANAS NOS MANDATOS OBAMA E  
TRUMP, E SEU IMPACTO NO CENÁRIO INTERNACIONAL.**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**RIO DE JANEIRO 2019**

**Giulia Rossini Oliveto**

**POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO NORTE-AMERICANAS NOS MANDATOS OBAMA E TRUMP, E SEU IMPACTO NO CENÁRIO INTERNACIONAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, do Departamento de Línguas Estrangeiras Aplicadas, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

Orientador: Prof. Wagner Eduardo Rodrigues Belo

**RIO DE JANEIRO 2019**

O48 Oliveto, Giulia Rossini.

Políticas de imigração norte-americanas nos mandatos Obama e Trump, e seu impacto no cenário internacional / Giulia Rossini Oliveto – 2019.

50f. : il.color. grafs., tabs. ; enc.

Projeto Final (Graduação). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2019.

Bibliografia: f. 48-50.

Orientador: Wagner Eduardo Rodrigues Belo.

1. Relações internacionais. 2. Estados Unidos – Emigração e imigração. 3. Política internacional. I. Belo, Wagner Eduardo Rodrigues (Orient.). II. Título.

CDD 327

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, obrigada por me ensinarem sobre persistência, consistência, valores e por serem minha maior força por trás das cortinas. Obrigada pelo apoio ao longo destes quatro anos – e de toda a minha vida. Ao meu orientador, Wagner, pela paciência, amizade e incansável perfeccionismo. À equipe International Traders Associates – Bia, Jorge, Carol, Joice e Bruno, pelos conselhos, sabedoria e pela família que se tornaram. Aos meus amigos e Otavio, agradeço por acreditarem em mim, pelas risadas, pela inspiração diária e pelo constante apoio.

Sem vocês, não seria. Minha eterna gratidão.

## RESUMO

ROSSINI OLIVETO, Giulia. **Políticas de imigração Norte-Americanas nos mandatos Obama e Trump, e seu impacto no cenário internacional**. 2019. 57. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro. RJ, 2019.

O presente trabalho tem como principal objetivo discorrer sobre a realidade norteamericana no que diz respeito às políticas de imigração, tomando como parâmetro os mandatos dos dois últimos presidentes - Barack Obama e Donald Trump, respectivamente, e seu impacto no cenário internacional. Nesta perspectiva, são analisados dados, cenários, histórico, influência da mídia e o modo de tomada de decisão conferida a cada representante enquanto ocupante do cargo. A partir das informações obtidas, foi realizada uma reflexão acerca da importância de uma análise de dados imparcial para a capacidade de formação de uma opinião, e de como as visões dos presidentes podem, muitas vezes, ir de encontro - mas não a maneira de implementação das suas ideologias.

**Palavras-chave:** Imigração. Estados Unidos. Política. Relações Internacionais. Barack Obama. Donald Trump.

## **ABSTRACT**

ROSSINI OLIVETO, Giulia. **North American Immigrant Policies at the Obama and Trump mandates, and its impact on the international scenario**. 2019. 57. Trabalho de Conclusão de Curso - Federal Center of Technological Education – Rio de Janeiro. RJ, 2019.

The present study carries as a main goal, an elaboration of the North American reality, regarding the immigration policies, taking as a parameter the mandate of the last two presidents - Barack Obama and Donald Trump, respectively, and its impact on the international scenario. In this context, this study will analyze data, scenarios, history, media influence and the way of making decisions conferred to each representative, while in charge. Based on the information obtained through the research, a reflection regarding the importance of an impartial analysis of data for the capacity of shaping an opinion, such as how de visions of the presidents may, at times, meet - but not the way of its implementation.

**Keywords:** Immigration. United States. Politics. International Relations. Barack Obama. Donald Trump.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>IMIGRAÇÃO: ORIGENS E DESDOBRAMENTOS .....</b>	<b>10</b>
<b>3</b>	<b>IMIGRANTE ILEGAL VS LEGAL .....</b>	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>PAPEL DA MÍDIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE OPINIÃO .....</b>	<b>25</b>
4.1	IMPACTO DAS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA: O CASO MEXICANO .....	33
<b>5</b>	<b>TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E OS CONCEITOS PARTIDÁRIOS REPUBLICANO E DEMOCRATA AMERICANOS .....</b>	<b>37</b>
5.1	OS CONCEITOS PARTIDÁRIOS: DEMOCRATA E REPUBLICANO .....	45
5.1.1	Posicionamento Trump e Obama, traduzido em ações .....	48
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>51</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta principal deste trabalho gira em torno de uma temática bastante discutida na atualidade e no cenário internacional: a imigração. O assunto em questão vem despertando opiniões diversas e envolve incontáveis pontos de vista, principalmente no que diz respeito ao posicionamento norte-americano, quer seja no quesito logístico ou à capacitação dos líderes em conciliar a gestão política e social, quer seja na operacionalização e implementação de ações impactadas no fluxo migratório.

Além disso, o presente trabalho tem como proposta refletir sobre o desenvolvimento das políticas de imigração norte-americanas, de modo a analisar suas alterações e consequências ao longo do mandato do ex-presidente Barack Obama e o do então presidente, Donald Trump – tal como resgatar, em determinado ponto, a herança deixada por George Bush, ao presidente Obama, no que diz respeito às políticas de imigração.

Será igualmente analisada a influência das respectivas tomadas de decisão no que diz respeito à política externa mundial, a atuação da mídia como veículo formador de opinião e seu papel no desenvolvimento de um posicionamento ideológico do público por meio de uma análise da interpretação da mídia frente aos fatos e aos respectivos números – que servem de embasamento para respaldar a realidade por trás das manchetes.

A denominação e visualização da imigração tal como se conhece hoje foi construída ao longo dos anos e a constituição norte-americana se posicionou de maneira legal e social quanto ao assunto no decorrer deste tempo. A imigração, portanto, além de vir acompanhada de processos de aculturação por parte dos imigrantes – que, por sua vez, se adaptam ao cenário no qual se encontram no presente, também vem acompanhada por medidas políticas por parte dos Estados para controlar seus reflexos.

O nível de imigrantes chegando aos Estados Unidos, como será abordado no transcorrer do trabalho, se adaptou às políticas adotadas e aprovadas por seus respectivos presidentes, tal como torna-se possível observar pela grande predominância da imigração latino-americana e asiática no século fim do século 20 e



início do século 21, que contrasta totalmente com a tendência na metade dos anos 1900, quando os imigrantes eram prioritariamente europeus.

Esse processo migratório envolve uma série de questões importantes, e embute diferentes tipos de reações – dos residentes em si, ou de seus políticos, que podem associar a chegada de novos moradores à uma ameaça aos nativos cultural e economicamente. O medo ou desconfiança do estrangeiro, ou seja, a xenofobia, aumenta em maior ou menor proporção todas as formas de migração internacional e pode ser agravada pela crise econômica global, os atentados terroristas, guerras e mais.

Neste sentido, busca-se discutir como os meios de comunicação assumem um papel relevante no processo de formação de opinião pública de seus representantes – seja ela nacional ou internacional – e como a globalização adquire um papel bastante importante na percepção de aproximação de territórios, contextos e realidades. Além disso, a participação na mídia internacional molda também a forma como as relações internacionais entre os países se dão. Ademais, cabe ainda ressaltar que as tensões construídas em um ambiente midiático podem criar desavenças reais entre as nações, e as notícias sensacionalista e/ou caluniosas, assumem um papel importante de transformação de um cenário inteiro.

No que diz respeito à denominação dos imigrantes em si, o governo norteamericano atualmente os separa em duas macro esferas: ilegais (ou aliens) e legais. A separação destes conceitos, por sua vez, se dá por meio de uma definição direta de ambos e explora todas os possíveis enquadramentos de um imigrante se tornar devidamente legal e os respectivos motivos que o qualificam como um imigrante ilegal.

Neste plano, serão analisadas, ainda, as Teorias das Relações Internacionais e suas possíveis conexões com os partidos predominantes nos Estados Unidos atualmente que, neste caso, são os partidos Republicano e Democrata e, por fim, a mensuração da participação e contribuição dos presidentes Barack Obama e Donald Trump para o resultado da imigração norte-americana tal como se é conhecida nos dias de hoje.

## **2 IMIGRAÇÃO: ORIGENS E DESDOBRAMENTOS**

O assunto acerca da imigração parece estar, mais do que nunca, presente no debate público e político e social dos Estados Unidos – principalmente quando se leva em conta o tópico central das eleições de 2016 que elegeram o atual presidente, Donald Trump. As discussões levantadas acerca da construção de um muro na fronteira entre México e EUA, cortes orçamentais na instalação de refugiados, separação familiar devido à imigração e aos intensos fluxos migratórios, tornaram-se um grande ponto de discussão, assim como um tema bastante visado pela mídia e repercutido internacionalmente.

Segundo os arquivos nacionais norte-americanos, disponibilizados pelo site governamental, a taxa de natalidade da população americana foi coletada pela primeira vez no censo de 1850 e, neste ano, existiam aproximadamente 2.2 milhões de imigrantes – representando algo próximo de dez por cento da população total. Entre os anos de 1860 e 1920, a parcela de imigrantes variou de treze a quase quinze por cento da população total, chegando a 14.8% em 1890, em grande parte devido aos altos níveis de imigração vindos da Europa. Nos anos de 1921 e 1924 foram implementadas leis de imigração bastante restritas, nas quais mantiveram os canais de imigração permanente abertos quase exclusivamente aos europeus do nordeste/oeste.

Associadas à Grande Depressão e à Segunda Guerra Mundial, tais medidas levaram à uma queda brusca nas novas chegadas do hemisfério oriental – gerando um declínio na taxa de imigrantes nascidos fora, batendo um dos recordes mais baixos, de 4.7% em 1970, como mostrado no gráfico em seguida.

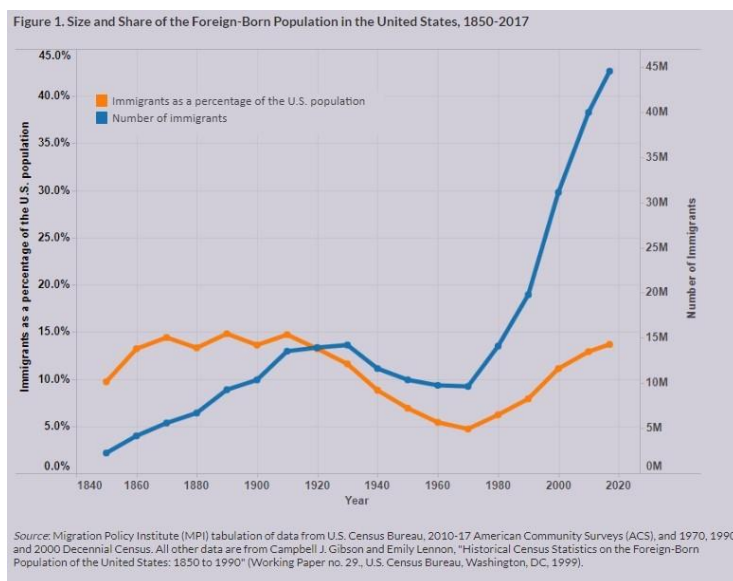


Figura 1 – Quantidade da População de Estrangeiros Nascidos nos Estados Unidos, 1850-2017. Fonte: Migration Policy Institute (MPI)

Desde então, a parcela e número de imigrantes subiu rapidamente, e isso se deu majoritariamente por conta da imigração em larga-escala vinda da América Latina e Ásia, com a população nascida no estrangeiro se firmando em 44.5 milhões em 2017.

Importantes mudanças nas leis de imigração norte-americanas (incluindo o Immigration Act de 1965, Refugee Act de 1980 e tratamento preferencial para imigrantes Cubanos) foram instaladas. O crescimento econômico dos EUA, tal como sua presença econômica e militar na Ásia e América Latina, laços econômicos, network de imigrantes, e uma migração profunda de história entre os Estados Unidos e seus vizinhos sulistas, assim como as grandes transformações econômicas e a instabilidade política em países ao redor do mundo ajudaram a conduzir a vasta diversificação dos fluxos migratórios.

Diante deste cenário, é importante entender as definições atribuídas à imigração. Além dos conceitos de imigração e imigrante pré-estabelecidas pelos dicionários e pelo senso comum, existem inúmeras variações específicas de temas chaves relacionados à imigração, incluindo temas nas esferas legais, administrativas, científicas e estatísticas. Não existe atualmente uma definição social consolidada e acordada sobre o que poderia ser entendido pelos termos de *imigração* ou *imigrante*, contudo, inúmeras definições são abertamente aceitas e são constantemente desenvolvidas em diferentes configurações – como aquelas

estabelecidas nas Recomendações Estatísticas de Migração Internacional, fornecidas pela UNDESA, Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais, que produz estimativas dos números dos imigrantes internacionais globais, em 1998.

Definições técnicas, conceitos e categorias de imigração e imigrante são necessariamente informados por fatores geográficos, legais, políticos, metodológicos, temporais, econômicos, entre outros. Torna-se importante ressaltar que existem inúmeras formas nas quais os eventos de imigração podem ser definidos, incluindo em relação ao local de nascença, cidadania lugar de residência e tempo de permanência. Sendo isso particularmente importante quando se trata de quantificar e analisar os efeitos da imigração e dos imigrantes.

As Recomendações das Nações Unidas das Estatísticas de Imigração Internacional definem um imigrante internacional como qualquer pessoa que mudou seu país de residência usual, distinguindo-os entre imigrantes de curto-prazo, que são aqueles que mudaram seu país de residência atual por pelo menos três meses, mas menos de um ano e os imigrantes de longo prazo, que são aqueles que se mudaram de seu país de residência atual por pelo menos um ano. Torna-se importante ressaltar que nem todos os países adotam esta definição. Na prática, alguns países usam diferentes critérios para identificar imigrantes internacionais – como, por exemplo, a aplicação a diferentes residências de mínima duração.

A imigração humana é um fenômeno que data muitos anos, e é prolongada até os períodos mais breves da história humana. Na era moderna, a emigração e imigração continuam fornecendo aos migrantes ótimas oportunidades para muitos estados e sociedades. Ao mesmo tempo, a imigração emergiu nos últimos anos como um desafio político em assuntos como a integração, deslocamento, imigração segura e controle de fronteira.

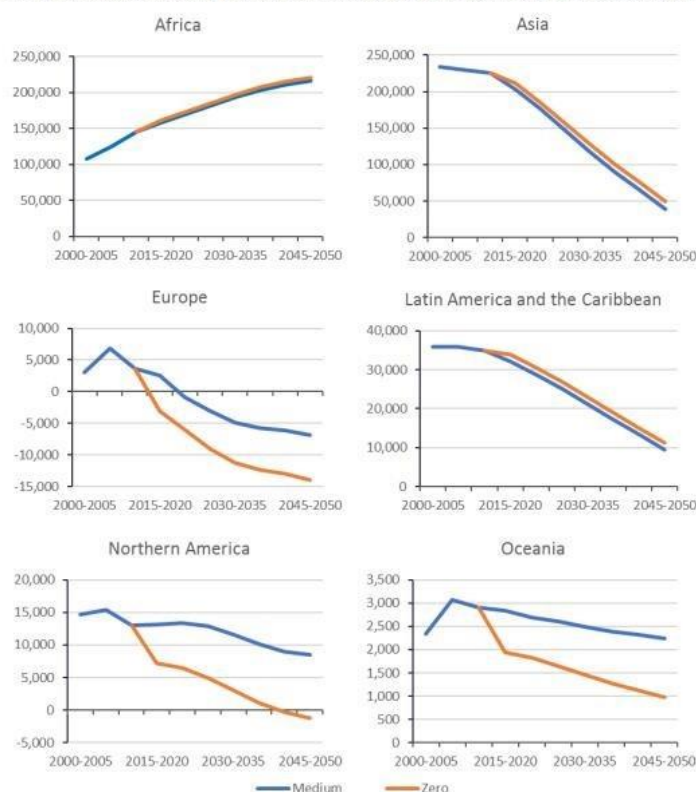
Torna-se importante compreender a migração internacional e suas inúmeras formas de manifestação, para que as questões envolvendo a dinâmica do tema sejam realmente abordadas. Graças à revolução digital, o movimento internacional está se tornando, dia após dia, mais viável. Isso se dá em grande parte pela globalização, que diminui a sensação de distanciamento e reduz os custos por trás de viagens.

O tópico de imigração internacional faz uma importante contribuição para o crescimento da população em várias partes do mundo, e até pode ser responsável por reverter o declínio populacional em algumas áreas ou países. Segundo uma análise feita pela UNDESA em 2017, entre 2000 e 2015, a *positive net migration* contribuiu em 42% para o crescimento populacional na América do Norte e em 31% na Oceania. Na Europa, o tamanho da população teria declinado durante este mesmo período em questão, caso tivesse ocorrido a ausência desta *positive net migration*.

Esses valores de *net migration* – ou, traduzindo, migração líquida –, por sua vez, nada mais são que a referência direcionada à diferença entre o número de imigrantes internacionais chegando e o número de imigrantes saindo de um determinado país, independentemente de país de nascimento ou de cidadania. Se mais pessoas imigram para um país do que emigram dele, o país ganha população da *positive net migration* - ou seja, da imigração líquida positiva. Por sua vez, quando mais pessoas migram do que imigram, o país perde população por meio da imigração líquida negativa (ou *negative net migration*).

A migração líquida é projetada para ter um impacto crescente no tamanho futuro das populações – vide gráfico abaixo. Na Europa, enquanto a continuação das atuais tendências migratórias não será suficiente para compensar pelo total excessivo de mortes ante nascimentos entre 2005 e 2025, o declínio na população europeia será ainda mais pronunciado e começaria ainda mais cedo, num período entre 2015-2020.

**Estimated and projected change in total population over five-year time periods by region, from 2000 to 2050, with and without international migration starting in 2015 (in thousands)**



Source: United Nations (2017b).

Note: "Medium" refers to the "medium variant" scenario which assumes a continuation of recent levels of net migration. "Zero" refers to the "zero-net-migration" scenario which assumes that the number of immigrants equals the number of emigrants for all time periods starting in 2015-2020.

**Figura 2 – Mudança projetada e estimada da população total em um período de cinco anos, por região e de 2000 a 2050.**

Fonte: United Nations (UN).

Sem a imigração, a idade média nas regiões mais desenvolvidas em 2050 seria 1.7 anos mais alta que as regiões com a imigração em níveis atuais. Enquanto a imigração internacional pode ter um papel na redução da dependência de idade – relativo ao envelhecimento populacional – em países de destinação, a imigração internacional não pode reverter a tendência deste mesmo envelhecimento.

Mesmo assumindo uma continuação dos padrões de imigração atuais, teoricamente bastante benéficos para a melhora desse cenário, a maioria das regiões do mundo tem projeção para terem uma dependência de idade significativamente maior em 2050. Na Europa, para cada 100 pessoas em idade de trabalho, existirão outras 53 pessoas com idade de 65 ou mais em 2050, comparado com uma razão de 29 pessoas mais velhas para 100 adultos em idade de trabalho no ano de 2015.

### 3 IMIGRANTE ILEGAL VS LEGAL

Ainda que o objeto deste estudo seja a análise do impacto das políticas de imigração norte-americanas, considerando seu impacto em um âmbito internacional, este capítulo será dedicado inicialmente à compreensão do fluxo migratório como um fenômeno ocorrido em toda a humanidade, tendo as mais diversas motivações. Desta forma, foi possível ponderar as questões por trás da constituição de um imigrante legal e ilegal nos Estados Unidos da América e, partindo desta perspectiva, a análise em mérito será posicionada justamente em torno das razões pelas quais um indivíduo se diferencia do outro neste contexto.

Os fatores que sustentam a imigração são os mais diversos e numerosos. Podem estar relacionados à prosperidade econômica, desigualdade, demografia, violência e conflito, mudança climática e impactos diretos no ambiente social e cultural. Ainda que a maioria esmagadora migre internacionalmente por razões relacionadas à trabalho, família e estudos, muitas pessoas deixam suas casas e seus países por outras razões urgentes. Isto é, podem ser motivadas por conflitos, perseguições e até desastres. Em totalidade, populações deslocadas, como os refugiados e pessoas internamente deslocadas (IDPs) totalizam um número relativamente pequeno da porcentagem dos imigrantes – contudo, eles frequentemente demandam e capturam a atenção coletiva conforme constantemente se encontram em situações extremamente vulneráveis. Por sua vez, estas são as pessoas que normalmente precisam de maior assistência.

A imigração pode gerar uma série de benefícios para os imigrantes, suas famílias e seus países de origem. Os salários que os imigrantes recebem fora pode ser maior do que eles conseguiriam ganhar fazendo um trabalho similar em seu país de origem. Por exemplo, um estudo conduzido pela UNDESA em 2017, informou que em 2009, se descobriu que a razão dos salários ganhos pelos trabalhadores nos Estados Unidos para os salários ganhos por trabalhadores idênticos (com o mesmo país de nascença, anos de escolaridade, idade e sexo e residência urbana/rural) no exterior varia de 15.45 (para trabalhadores no Lêmen) para 1.99 (para trabalhadores nascidos na República Dominicana), como uma razão média de 4.11. (UNDESA, 2017).

A migração internacional é um fenômeno complexo que aborda e se conecta com uma multiplicidade enorme de questões e fatores econômicos, sociais e aspectos de segurança que afetam nossas vidas diárias num mundo incrivelmente globalizado. Migração é um termo que engloba uma grande variedade de movimentos e situações, envolvendo pessoas de todos os tipos de realidades e históricos. Agora mais que antes, a migração toca todos os estados e pessoas numa era de aprofundamento da globalização e interconexão. A migração é interligada com geopolítica, comércio e troca cultural, ao passo em que proporciona oportunidade para os estados, negócios e comunidades se beneficiarem. Esse movimento ajudou milhares de pessoas ao redor do mundo a forjar vidas seguras e cheias de significado afora. Vale destacar, portanto, que nem todas as migrações ocorrem em circunstâncias positivas. Nos últimos anos torna-se possível observar um aumento na profunda falta de segurança e oportunidade como fator motivacional para o deslocamento de pessoas.

A importância da migração para a prosperidade econômica, desenvolvimento humano, segurança, e assuntos de segurança reafirmam o quanto este assunto continuará uma prioridade no futuro. A migração cada vez mais se torna um assunto recorrente, visto que o foco se intensifica nesta área, mas também é evidente e relevante na área internacional como um todo. Avanços na cooperação internacional no âmbito migratório deram um passo à frente com os estados se comprometendo em estabelecer um acordo global para uma migração segura, ordenada e regular em 2018.

Nos dias atuais, dificilmente se passa um dia sem múltiplas reportagens e notícias das mídias sociais – sejam estas de forma tradicional ou moderna – focando justamente nos aspectos da migração, mas principalmente nos aspectos negativos deste tema, como torna-se possível observar na reportagem publicada pelo The New York Times em 30 de julho de 2019, com o título “No More Family Separations, Except These 900”.

Enquanto isso pode refletir, em partes, na natureza em constante mudança da migração, torna-se importante o alerta para como as mídias e transmissores são construídos e produzidos – visto que atualmente o enfoque se dá majoritariamente nas notícias ruins.



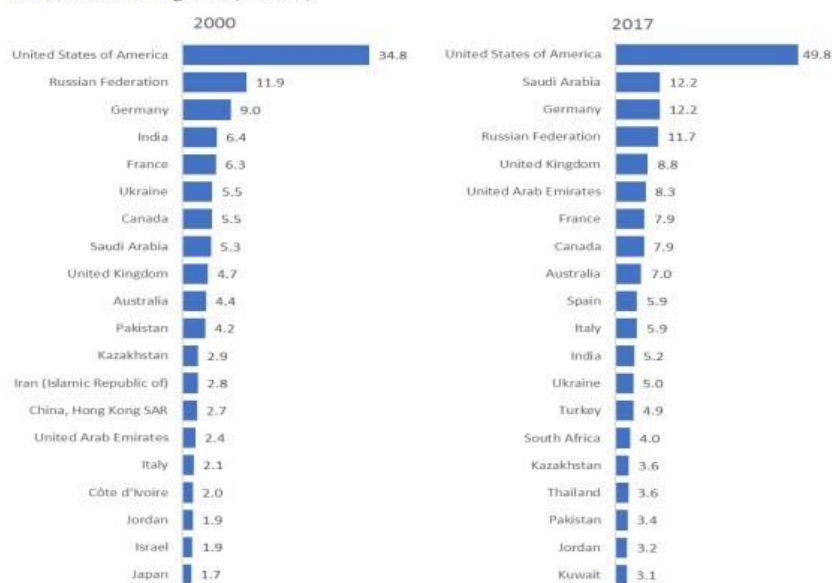
As redes sociais são amplamente conhecidas como um espaço dotado de pouco ou nenhum filtro, o que consequentemente gera um movimento muito mais direcionado a opiniões, do que a fatos e análises embasadas. Entre as constantes polarizações políticas, públicas e discussões das mídias, os debates sobre migração, evidências, conhecimento e análises que acompanham insights históricos, tal como estratégicos parecem ter um espaço bastante reduzido. Tal situação contribui para a continuação de um estado crítico de desenvolvimento e um melhor entendimento de várias formas de manifestação de migração, assim como para como enaltecer as oportunidades e os benefícios capazes de responder aos desafios que podem aparecer.

Em contrapartida a um cenário de crescente de interconexões entre pessoas e estados, fazer a migração mais segura e mais bem regulada se tornou uma chave para as prioridades globais. Isso é refletido, por exemplo, na Declaração de 2016 para Refugiados e Migrantes de Nova Iorque, feita pela ONU, na qual embasa a intenção dos estados em desenvolver um compacto global das migrações, assim como um compacto global separado para refugiados até o fim do ano de 2018.

O fato de os Estados Unidos terem aceitado discutir e negociar esses novos instrumentos de governança global, mostra que existe um reconhecimento crescente na importância de melhorar nosso entendimento comum das dinâmicas e complexidades da migração internacional, tal como em abordar esses problemas num nível global.

Atualmente, os Estados Unidos contam com mais imigrantes do que qualquer outro país do mundo. Hoje, mais de quarenta milhões de pessoas que vivem nos Estados Unidos são nascidas em outro país, e segundo dados da ONU, em anos como 2000 e 2017, o país dispara com uma taxa considerável à frente das demais neste quesito, como é possível observar no gráfico inserido abaixo.

**Twenty countries or areas hosting the largest numbers of international migrants, 2000 and 2017, number of migrants (millions)**



Source: United Nations (2017a)

Figura 3 – Vinte países ou áreas recebendo o maior numero de imigrantes internacionais, 2000 a 2017.

Fonte: United Nations (UN).

Desta forma, por definição, imigrantes são pessoas que saem de seus respectivos países para viver em um outro país. Ao olhar para a história dos Estados Unidos, torna-se marcante a grande quantidade de imigrantes que chamaram o país de lar ao longo dos anos. A diferenciação existente entre os imigrantes, por sua vez, se dá de maneira bastante simples: existem os imigrantes legais, e os ilegais – conforme pode ser observado a seguir.

Os imigrantes legais ganham essa denominação por carregarem consigo a documentação legal própria do trâmite migracional para viver e trabalhar no país, por aplicarem adequadamente ao visto apropriado para sua condição e pela aceitação do respectivo requerimento, de acordo com o enquadramento em categorias préestabelecidas que os conferem tal direito ao *greencard*<sup>1</sup>, ou permissão de residência – conforme explicitado pelo governo americano.

De acordo com o site governamental U.S. Citizenship and Immigration Services, existem oito categorias passíveis de aceitação à legislação norte-

<sup>1</sup> O *green card*, oficialmente o US Permanent Resident Card é um visto permanente de imigração concedido pelas autoridades daquele país. Diferentemente dos outros tipos de vistos ele não restringe ou limita as ações de quem o tem.

americana, sendo elas: pela família, por emprego, como um imigrante especial, como um refugiado ou asilado, para vítimas de tráfico humano e vítimas de crimes, para vítimas de abuso, por outras categorias e por registro – este último sendo concedido somente à pessoas que residem continuamente nos Estados Unidos desde antes de 1 de janeiro de 1972.

Os imigrantes ilegais, de acordo com o site governamental Washington State Department of Social and Health Services define-os como imigrantes não documentados, também chamados de *illegal aliens* – que são, por definição, pessoas nascidas fora do país que não possuem um visto válido ou qualquer outra documentação de imigração, porque entraram nos Estados Unidos sem inspeção, ficaram além do tempo permitido pelo visto temporário, ou violaram de alguma maneira os termos nos quais os mesmos foram admitidos.

Segundo o Migration Policy Institute, uma plataforma disponibilizada pelo governo americano, um estudo conduzido com base no censo de 2012 e com base também na pesquisa feita pelo Survey of Income and Program Participation (SIPP) em 2008, Mexicanos e cidadãos da América Central são estimados por contabilizar algo em torno de dois terços dos imigrantes ilegais nos EUA no período de 2012 a 2016. Cerca de 1.8 milhões (16%) eram da Ásia, 685 mil (6%) da América do Sul, 579.000 (5%) da Europa, Canadá e Oceania, 351.000 (3%) do Caribe e 318.000 (3%) da África. E, segundo o governo americano, os cinco principais países de nascimento de imigrantes ilegais foram México (53%), El Salvador (6%), Guatemala (5%), e China e Honduras (3% cada).

O site da U.S. Customs and Border Protection (CBP) reportou um total de 404.142 mil apreensões nas fronteiras sudeste e nordeste dos EUA no ano de 2018. Este número apresenta um aumento significativo quando comparado ao número de 2017, que contou com 310.531 apreensões. A U.S. Immigration and Customs Enforcement (ICE), por sua vez, fez 150.581 prisões administrativas em 2018, apontando um aumento de 11% quando comparado ao ano anterior. Uma prisão administrativa, por sua vez, é a prisão de um indivíduo por uma violação civil da lei de imigração norte-americana, na qual é subsequentemente julgada por um juiz de imigração ou por outros processos administrativos.

Tanto a CBD quanto a ICE são autorizadas a realizarem remoções e devoluções de imigrantes ilegais dos Estados Unidos, e ambos conduzem essas operações. Aproximadamente 400 mil deportações e devoluções foram feitas em 2017 – um declínio de 440 mil, em 2016.

No gráfico abaixo torna-se possível observar uma estimativa de imigrantes ilegais, ou desautorizados, de acordo com a distribuição geográfica estatal americana.

**National and State Estimates of the Unauthorized Immigrant Population, 2016**

State	Total Unauthorized Population
<b>United States</b>	<b>11,300,000</b>
California	3,059,000
Texas	1,597,000
New York	940,000
Florida	656,000
New Jersey	526,000
Illinois	487,000
Georgia	351,000
North Carolina	321,000
Virginia	269,000
Maryland	247,000
Washington	229,000
Arizona	226,000
Massachusetts	173,000
Colorado	162,000
Pennsylvania	141,000
Michigan	129,000
Nevada	129,000
Tennessee	121,000
Oregon	113,000
Ohio	107,000
Connecticut	102,000
Indiana	92,000
South Carolina	87,000
Wisconsin	86,000
Minnesota	83,000
Oklahoma	82,000
Utah	79,000
Kansas	64,000
Alabama	63,000
Arkansas	63,000
Louisiana	63,000
New Mexico	58,000
Missouri	54,000
Kentucky	44,000
Iowa	38,000
Nebraska	38,000
Hawaii	36,000
Idaho	30,000
District of Columbia	27,000
Rhode Island	26,000
Mississippi	25,000
Delaware	22,000
Alaska	11,000
New Hampshire	9,000
South Dakota	6,000
West Virginia	6,000
Wyoming	6,000
Maine	5,000
Montana	3,000

Figura 4 – Estimativas nacionais e estaduais de população de imigrantes desautorizados, 2016.

Fonte: Migration Policy Institute (MPI).

No ano fiscal de 2017, 1.1 milhão de imigrantes se tornaram residentes legais dos EUA, conseguindo a permissão de residência e prática de cidadania, conhecido como *greencard*. O número de residentes legais no ano de 2017 caiu 5% quando comparado ao ano de 2016 – ou seja, o número saiu de 1.2 milhões em

2016 para 1.1 milhão em 2017. Na década passada, o número de novos residentes legais anualmente tem variado de 991,000 em 2013 para 1.2 milhões em 2016.

Nos dias atuais, os portadores de *greencard* foram brutalmente divididos entre aqueles já residentes dos EUA, que estão somente ajustando seu status e entre aqueles que aplicaram para o benefício de fora do país. Torna-se importante ressaltar que quase metade (49%) do 1.1 milhão de novos residentes em 2017 receberam seus *greencards* de dentro dos EUA. Ou seja, muitos destes residentes permanentes são cônjuges, crianças menores de idade, parentes de cidadãos americanos e pessoas que chegaram como refugiados ou como trabalhadores temporários.

Para o adquirente da permissão de residência, por sua vez, existem quatro caminhos principais: pelo relacionamento familiar, patrocínio trabalhista, proteção humanitária (refugiados e exilados) e o *diversity visa*, conforme informado pelo U.S. Citizenship and Immigration Services. Esse visto, por sua vez, configura a concessão de *greencards* para imigrantes de países com baixas taxas de imigração, representando aproximadamente 5% da população de novos residentes permanentes.

Os países que lideraram este tipo de visto foram Nepal, República Democrática do Congo e Egito, nos quais cada um contabilizou algo em torno de 6% de imigrantes pelo *diversity visa*, seguido da Etiópia, Irã, Uzbequistão e Albânia, com 5% cada. Para alguns países, o *diversity visa* representa a maior taxa dos novos residentes permanentes. Ou seja, dentre os Argelinos que receberam o *greencard* em 2017, 62% o fizeram via tal visto.

Criado em 1990, esse tipo de visto reserva algo em torno de 55.000 vistos anualmente, dos quais 5.000 devem ser usados sob o Nicaraguan e Central America Relief Act de 1997. Vale constar também que o interesse no *diversity visa* é significativamente mais alto que a sua disponibilidade. Isto é, cerca de 14.7 milhões de aplicantes qualificados estavam registrados em 2018 para a tentativa ao visto, segundo o State Department, aba do site oficial do governo americano. O número de registros em 2018 foi 61% mais alto que os 92 milhões de solicitações aplicadas em 2009.

Atualmente existem dois suportes internacionais principais no que diz respeito ao fornecimento de informações relacionadas aos movimentos migratórios,

os quais são derivados das estatísticas nacionais: UNDESA International Migration Flows e OECD (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) International Migration Database. Desde 2005, a UNDESA compilou dados nos fluxos de imigrantes internacionais de e para países previamente selecionados, baseados em estatísticas disponíveis nacionalmente.

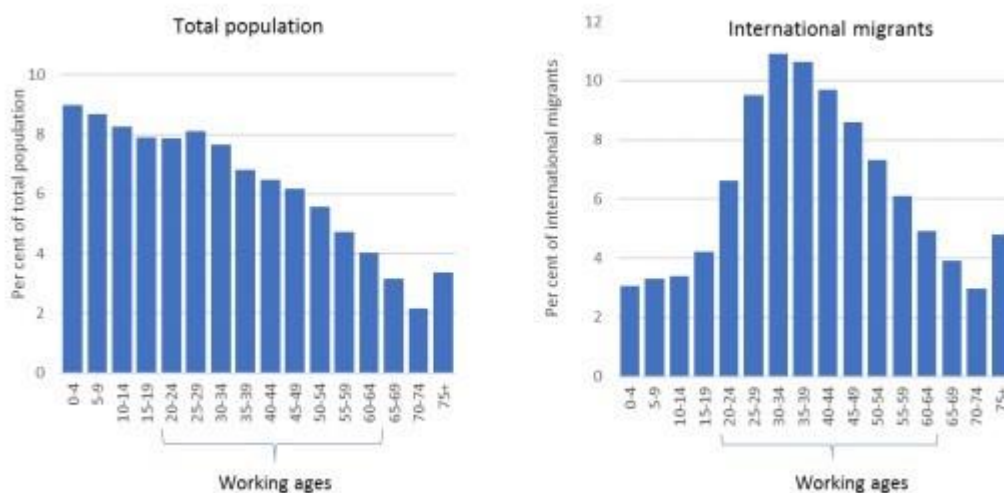
Mundialmente, a idade média de imigrantes vem aumentando. A média de idade de todos os imigrantes internacionais, segundo a UNDESA, em 2017 foi de 39.2 anos contra 38.0 anos em 2000. Dado que a maioria dos imigrantes se deslocam dentro da sua região de nascença, não se torna surpreendente analisar que a idade média dos imigrantes foi a maior nos países de alta-renda (40.6 anos), seguido de imigrantes de países de renda média (37.3 anos) e, por fim, os países de baixa-renda (29.8 anos).

Imigrantes internacionais morando na África foram os mais jovens de todos, com uma idade mediana de 30.9 anos em 2017, seguido pela Ásia (35.1 anos) e América Latina e Caribe (35.8 anos). Em contraste, e como esperado, na Europa, Oceania e América do Norte, os imigrantes apresentaram idades mais avançadas, ou seja: 42.6, 43.9 e 44.7 anos respectivamente.

Vale citar, contudo, que apesar do aumento global da idade média dos imigrantes, em algumas regiões específicas, a população imigrante está se tornando cada vez mais jovem. Entre 2000 e 2017, a idade internacional dos imigrantes declinou na Ásia, América Latina e no Caribe e Oceania. Na Ásia, a idade média de imigrantes mulheres diminuiu em quase dois anos, ao passo em que a idade média dos imigrantes homens diminuiu em apenas um ano.

No gráfico abaixo, torna-se possível observar que a grande maioria dos imigrantes estão concentrados nas idades trabalhadoras. A forma da distribuição de idade da população de imigrantes internacionais é influenciada por uma combinação de fatores, incluindo o fato de que, até chegada, a maioria dos imigrantes internacionais são de idades trabalhadoras e que as crianças nascidas desses imigrantes nos países de destino normalmente não são consideradas imigrantes internacionais.

**Age distribution of the total population and of international migrants worldwide, 2017**



Source: United Nations (2017a).

Figura 5 – Distribuição de idade da população total de imigrantes internacionais mundialmente, 2017.

Fonte: United Nations (UN).

Ademais, segundo o Migration Policy Institute (MPI) e como se pode observar no gráfico em seguida, dos 26.8 milhões de imigrantes empregados com idades a partir de 16 anos no ano de 2017, mais de 32% trabalhavam em administração, negócios e serviços gerais.

**Figure 3. Employed Workers in the Civilian Labor Force (ages 16 and older), by Nativity and Occupation, 2017**



Figura 6 – Trabalhadores empregador em trabalhos de força laboral por natividade e ocupação, 2017.

Fonte: Migration Policy Institute (MPI).

Por fim, segundo o site governamental U.S. Department of State, o movimento ilegal de pessoas pelas fronteiras internacionais ameaça à segurança nacional e pública, suprime salários e deixa os imigrantes ilegais propriamente ditos vulneráveis à exploração e abuso. Além disto, o governo americano ainda afirma que esse tipo de ocorrido também compromete a primazia do direito, uma vez que os cidadãos reduzem sua fé na habilidade do governo de implementar suas leis.

A imigração bem-organizada, por sua vez, pode dar suporte à economia nacional, competitividade laboral e promover sucesso financeiro, tal como equipar os recém-chegados. Atualmente, os EUA são anfitriões de mais imigrantes que qualquer outro país, com mais de um milhão de pessoas chegando anualmente como residentes legais, refugiados e requerentes de asilo, além de outras categorias migracionais. Em adição, milhares de cidadãos nascidos de estrangeiros se naturalizam americanos todos os anos – por esse motivo, torna-se importante analisar a influência midiática no referido tema, conforme comentado a seguir.

#### **4 PAPEL DA MÍDIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE OPINIÃO**

Após uma grande repercussão nacional e internacional acerca do debate levantado pelas políticas de imigração sugeridas pelo atual presidente norteamericano Donald Trump, a mídia – grande responsável pela formação de opinião social e pública – voltou suas atenções às políticas implementadas pelo expresidente Barack Obama, tratando de estabelecer paralelos e comparações entre ambos.

Ainda que nos oito anos de governo de Obama as deportações tenham atingido um número próximo a três milhões, as políticas e planejamentos levantados por Trump são as grandes responsáveis por causar uma movimentação e comoção social.

Levando em conta dados levantados pela ICE e tendo sob ótica um ano de governo Obama, as remoções de território americano atingiram um recorde de



409.849 em 2012. Por sua vez, no ano de 2018, sob o governo de Trump, 256.085 imigrantes foram removidos, como pode se observar no gráfico abaixo:

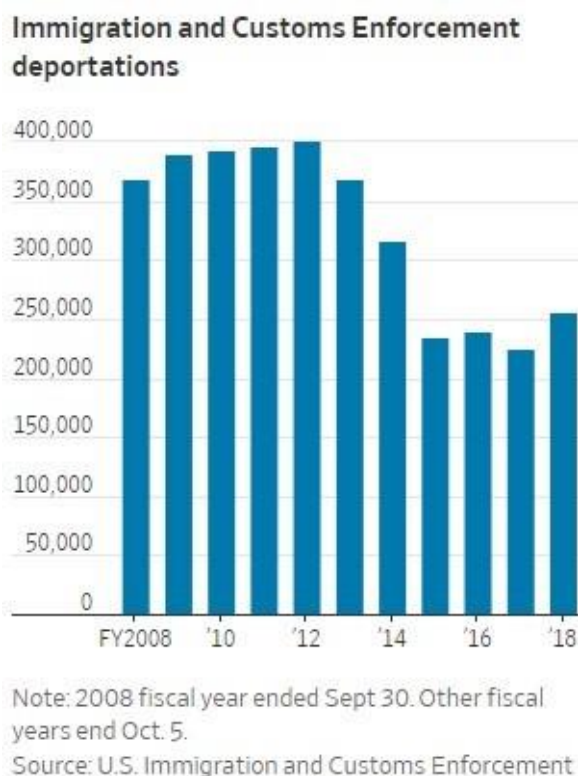


Figura 7 – Deportações feitas pela ICE, 2008-2010.

Fonte: U.S. Immigration and Customs Enforcement (ICE).

Essa queda de deportações, por sua vez, não se dá em minoria na administração Obama, na qual, em seu primeiro mandato, permitiu que a U.S. Immigration and Customs Enforcement (ICE) expandisse um programa desenvolvido na era Bush, conhecido como Secure Communities. Nesta perspectiva, torna-se cabível salientar que o presidente George W. Bush deportou ainda mais pessoas que o presidente Obama, e por sua vez, o presidente Bill Clinton deportou mais pessoas que o presidente George W. Bush.

De acordo com uma análise feita pelo Migration Policy Institute, mais de 12 milhões de pessoas foram deportadas – e, dentro desta análise, consta as *removals* e *returns* – dos EUA durante a administração Clinton. Mais de 10 milhões foram deportadas durante a administração Bush e, com um número significativamente mais baixo, algo em torno de 5 milhões de pessoas foram deportadas durante o governo Obama.

O Secure Communities usou um requisito pouco conhecido de compartilhamento de informações, para coletar digitais de pessoas instaladas em cadeias locais ao redor do país e, por meio deste mecanismo, identificar imigrantes ilegais para deportação. Esse tipo de decisão assegurou o recorde em deportações, conforme dados disponibilizados pelos sites oficiais, mas as reações contra ela criaram muitos obstáculos para o atual presidente aprovar sua agenda de intenções.

Segundo Muzzaffar Christhi, um advogado e diretor do escritório de Nova Iorque do Migration Policy Institute, o Secure Communities foi responsável pelo termo de *deporter in chief*, dado ao ex-presidente Barack Obama – segundo matéria publicada no MPI, instituto mencionado anteriormente, em janeiro de 2017.

Conforme as cadeias ao redor do país começavam a participar e compartilhar arquivos das digitais, os agentes da ICE foram habilitados a coordenar com cadeias locais a direcionar os imigrantes ilegais diretamente às autoridades responsáveis, ou segurar tais imigrantes até que um agente da ICE pudesse tomar custódia.

O volume de deportações levou a inúmeras reivindicações de que o programa estava fazendo uma varredura de estrangeiros acusados, mas não necessariamente condenados. Tais apontamentos levantaram inúmeras questões e, perto deste mesmo momento, o então presidente Obama e sua administração oficial começaram a limitar os tipos de imigrantes ilegais que o país iria focar.

Um dos mais amplos esforços para frear o Secure Communities veio da Califórnia, onde legisladores estatais puseram em vigor o Trust Act, em 2013. Essa lei barrou autoridades locais de deterem alguém para a ICE (sigla referente à *Immigration and Customs Enforcement*) por mais de 48h e, apenas em casos onde a pessoa tivesse sido condenada de um crime considerado sério. Após isto, a Califórnia ainda instaurou uma lei, limitando quando e como autoridades locais poderiam ajudar os agentes de imigração.

Dado tal cenário, é possível observarmos que as taxas de *return* e *removal* caíram significativamente durante o governo Obama, como podemos observar no gráfico abaixo. Além disso, vale notar que a linha referente às *removals* dizem respeito ao comumente conhecido como deportação. A linha referente aos *returns*, por sua vez, fazem alusão às pessoas que tentaram entrar no país e foram frequentemente recusadas sem mesmo uma audiência perante um juiz de imigração.

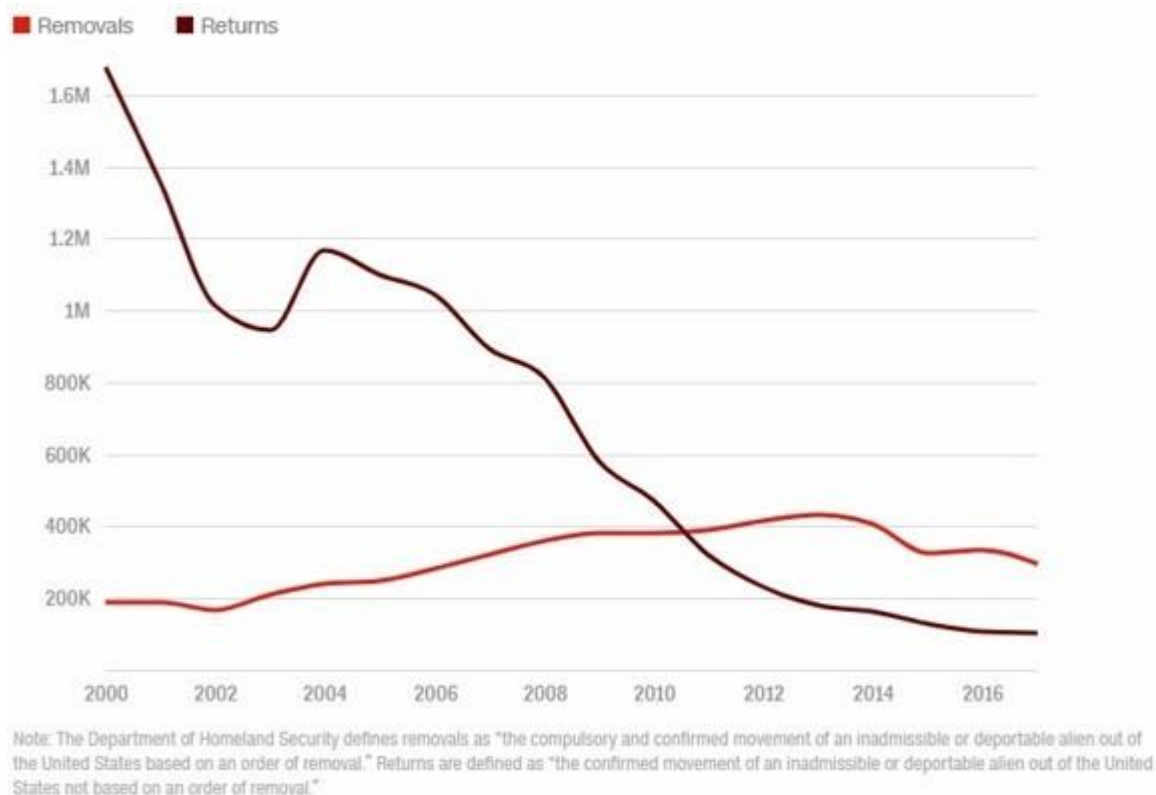


Figura 8 – Taxas de return e removal dos EUA, 2000-2016.

Fonte: U.S. Department of Homeland Security.

No ano de 2014, a administração Obama abandonou o programa Secure Communities e o substituiu pelo Priority Enforcement Program (ou PEP). Este programa tinha a intenção de focar os recursos da ICE única e exclusivamente nos casos criminais de maior seriedade e em pessoas nas quais eram consideradas uma ameaça para a segurança nacional. Em seu turno, as promessas de Trump em aumentar as remoções enfrentaram complicações quando o mesmo tomou posse em 2017, justamente pelo legado deixado pelo Secure Communities, assim como pela onda de resistência de grupos religiosos, países vizinhos e ativistas que atuavam contra os esforços da ICE.

Muitas agências locais acabaram cooperando com a ICE, seja proativamente ou por pressão. Inúmeras cidades e condados instauraram a chamada “política santuário” inicialmente instaurada na Califórnia, e limitaram também quando e como locais poderão assistir à ICE. A administração Trump, portanto, precisou lutar - com algum esforço - para limitar ou reter com ajuda federal a tais jurisdições.

A grande questão se encontra justamente posicionada nas motivações por trás das políticas de imigração instaladas em cada período. No período Obama,

conforme informado anteriormente, as deportações foram substancialmente focadas em indivíduos condenados de crimes sérios, como mostrado no gráfico abaixo, e em indivíduos que haviam chegado recentemente no país. Nesta perspectiva, 53.3% de todos os imigrantes ilegais deportados na administração Obama eram indivíduos condenados.

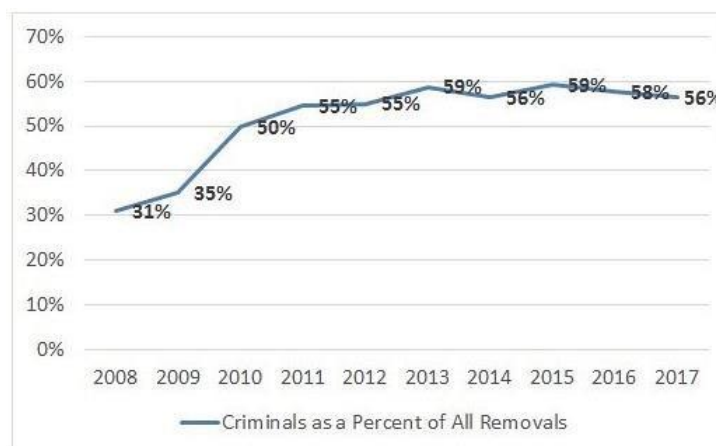


Figura 9 – Percentual de remoção de criminosos, 2008-2017.

Fonte: U.S. Immigrations and Customs Enforcement (ICE).

Neste cenário, a principal conselheira de política doméstica do governo Obama, Cecilia Muñoz, argumentou naquele momento que seria muito mais humano a remoção de pessoas que se encontravam no país há duas semanas, do que de pessoas estabelecidas há vinte anos e contavam famílias. Obama, por sua vez, usou uma ação executiva para temporariamente proteger pessoas sem documentação legal que chegaram nos Estados Unidos ainda crianças, e restringiu deportações nos estados do interior do país. Seu foco era particularmente direcionado à retornos de recém-chegados na fronteira, os quais geram uma percepção de terem menos laços nos EUA.

Segundo uma pesquisa feita pelo Instituto Cato em dezembro de 2018, e como pode ser observado nos gráficos abaixo, a pesquisa mostra que as deportações foram assumindo um padrão de queda no interior do país.

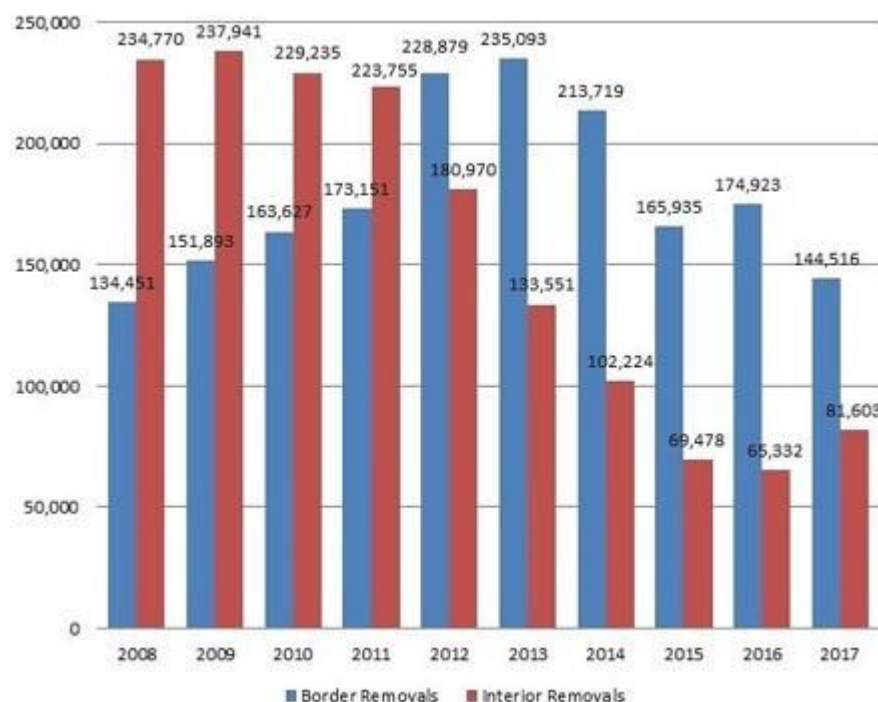


Figura 10 – Número de deportações nas fronteiras e no interior dos EUA, 2008-2017.  
Fonte: U.S. Immigration and Customs Enforcement (ICE).

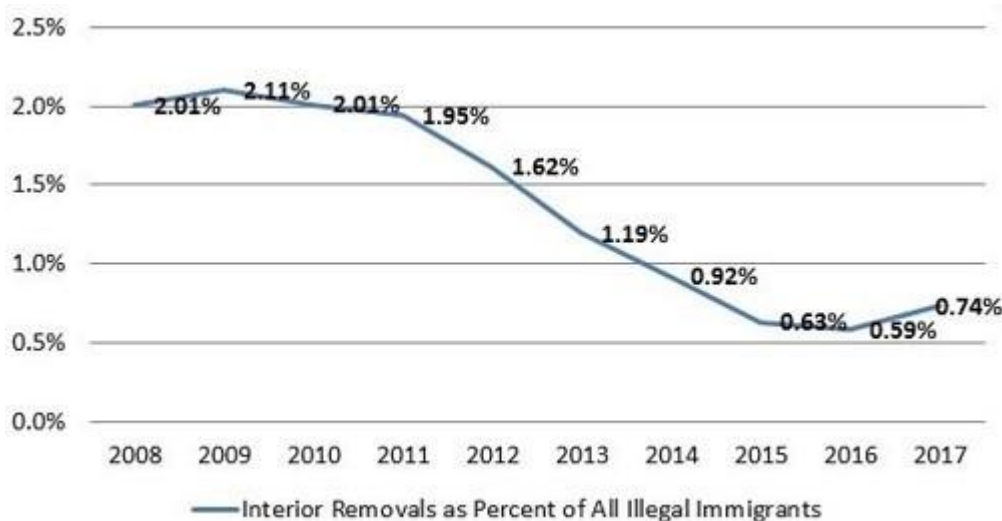


Figura 11 – Percentual de deportação no interior dos EUA de todos imigrantes ilegais, 2008-2017.  
Fonte: U.S. Immigration and Customs Enforcement (ICE).

Ou seja, presume-se que, o interior do país, por ser geograficamente mais distante da fronteira, continha uma população com maior tempo de permanência no país e, por este motivo, um grupo-alvo que tinha menor prioridade no enfoque do governo norte-americano naquele momento.

Por outro lado, Trump rejeitou a política de focar em indivíduos condenados e recém-chegados, focando seus esforços principalmente em efetivar o máximo de

deportações possíveis. Tal iniciativa do atual presidente americano foi publicamente expressada algumas vezes, principalmente na sua ideia principal de construir um muro, endurecer com o México e deportar o máximo de imigrantes ilegais.

Trump alega que os cidadãos americanos são feridos pela presença destes imigrantes sem documentação. Seja pela questão da disputa de trabalho, alegada por ele, ou pela incidência de criminalidade.

Além disto, sua campanha presidencial continha acusações contra os imigrantes mexicanos – acusando-os de serem delinquentes e estupradores, propôs o fim da cidadania por nascimento (uma norma que faz parte do direito constitucional norte-americano desde o final da Guerra de Secessão, em 1865, e também prometeu um registro de muçulmanos, tal como a redução do acolhimento de refugiados, suspensão do financiamento federal às cidades-santuário (que protegem os imigrantes legais) e um grande incremento da detenção e deportação de imigrantes. Ao contrário de Obama, a administração Trump começou a intensificar o reforço migracional no interior.

Levando como embasamento os dados levantados no transcorrer do capítulo torna-se importante, por fim, decorrer acerca da importância do posicionamento da mídia no papel de construção da formação da opinião do público. Desde a posse do atual presidente, Donald Trump, existe uma grande comoção de meios e mídias sociais acerca de seus pronunciamentos. Suas declarações, consideradas por muitos como pouco convencionais, suas decisões acerca das políticas nacionais, sua forma e linguajar de interação com o público – comumente feita via Twitter, sem muitas limitações quanto à vocabulário – facilitaram o papel da mídia na propagação da construção de uma imagem bem-definida do presidente.

Ainda que suas taxas de imigração continuem se mantendo abaixo das taxas alcançadas por Obama, apesar de seus discursos, a mídia constantemente retrata de uma forma pejorativa a iniciativa do atual presidente e acolhe a administração de seu antecessor. Com base nos dados e informações apresentados acima, torna-se de fácil entendimento, portanto, deduzir o motivo para tal retrato. Ainda que as políticas de imigração tenham sido reforçadas e postas em prática de maneira bastante intensa e energética em ambos governos, as motivações por trás dos respectivos representantes, tal como o seu *modus operandi* se distingue.

Atualmente, sabe-se que a mídia - em sua maioria - se posiciona de maneira diferente quanto aos governos e aos representantes em si. Trump, apesar de estar com indicadores mais positivos economicamente do que Obama teve em seu período, continua tendo uma cobertura de mídia bastante focada em seus discursos e decisões consideradas polêmicas, numa espiral onde seus resultados positivos acabam sendo ofuscados pela sua atuação e pronúncia nas outras áreas.

Torna-se importante, portanto, ressaltar como a visão externa dos outros países pode ser afetada pela percepção existente do contexto político exposto ali. A mídia, assim como figuras bastante influentes na atualidade - sendo estas celebridades ou pessoas de alto contato com o público, ao se posicionar contrariamente ao governo Trump, gera uma certa instabilidade no cenário internacional e claramente mexeram com a percepção do governo mundo afora.

Neste passo, começa a se tornar clara a atuação deste veículo no poder de influência de um cenário internacional. Ou seja, a mídia, ao interpretar os dados de, por exemplo, imigração de ambos os presidentes e tomarem o lado de Obama, enquanto se firmam contra as declarações e políticas Trump nesta mesma ênfase, moldam uma ideologia de *vilão* VS *herói* e repassam essa percepção aos leitores.

Nesse contexto, torna-se comum observar o motivo pelo qual tantos cidadãos, sejam americanos ou não, não estão cientes dos fatos embasados, mas já se posicionam de modo a construir e perpetuar uma imagem dos respectivos governantes. Dito isso, é importante analisar o papel dessa construção de opinião no que diz respeito aos seus impactos na política externa, como mostrado a seguir.

#### 4.1 IMPACTO DAS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA: O CASO MEXICANO

Historicamente, as relações internacionais podem ser definidas pela maneira na qual um país interage com as nações estrangeiras e como tais interações definem outros padrões de interação com organizações, empresas e cidadãos. No

que diz respeito aos EUA, o fato de sua economia ser equivalente a aproximadamente um quarto do PIB global, o torna um país com forte dominância na instauração e emolduramento de tendências, tal como uma nação com grande poder de atuação e influência no cenário internacional.

Oficialmente, o objetivo declarado da política externa dos EUA - segundo informações mencionadas na Agenda de Política Externa do Departamento de Estado, é o de *“criar um mundo mais seguro, democrático e próspero para o benefício do povo americano e da comunidade internacional”*.

O United States House Committee on Foreign Affairs – anteriormente conhecido como Committee on International Relations, por sua vez, estabelece como um de seus objetivos jurisdicionais

o controle de exportação, incluindo a não-proliferação de tecnologia e hardware nuclear, medidas para fomentar relações comerciais com as nações estrangeiras e para salvaguardar os negócios americanos no exterior, acordos internacionais dos commodities, educação internacional e proteção dos cidadãos americanos no exterior, e expatriados.

Por ter grande influência na perspectiva internacional, a política externa dos Estados Unidos é objeto de muito debate e de muitas considerações, seja no território nacional ou em território estrangeiro. Neste passo, segundo o U.S. Department of State, pela diplomacia, os EUA defendem o direito soberano do país em regular a entrada e permanência dos imigrantes, a promoção de uma forma legal e bem administrada imigração que faça a proteção dos indivíduos em posições vulneráveis e buscam endereçar a raiz das causas dos problemas nos países de origem dos países de imigração ilegal.

Em contrapartida, assinalam a resistência à uma governança global da migração internacional – conforme posicionamento do atual presidente. Trump explica que os EUA reconhecem o direito de cada nação em estabelecer suas próprias políticas de imigração de acordo com seus interesses nacionais e, por este motivo, o país não irá participar do Global Compact on Migration. Ao seu ver, a migração não deve ser governada por um corpo internacional que não é responsável pelos cidadãos americanos.



Nesta perspectiva, a mesma fonte governamental decorre acerca das relações bilaterais entre os EUA e o principal país a influenciar a fronteira norte-americana no que diz respeito às imigrações, o México. Segundo dados publicados em abril de 2019, pelo Bureau of Western Hemisphere Affairs, as relações entre EUA e México são fortes e vitais. Os dois países dividem uma fronteira de 2.000 milhas, com portos ativos de entrada e, portanto, as relações bilaterais entre os dois países têm um impacto direto nas vidas e na subsistência de milhões de americanos, seja pela questão do comércio ou da reforma econômica, educação, intercâmbio, segurança dos cidadãos, controle de drogas, imigração, empreendedorismo, inovação ou energia ou cooperação.

Ainda levando em conta as análises feitas pelo Escritório de Relações do Hemisfério Ocidental, o México é o segundo maior mercado exportador dos Estados Unidos (depois do Canadá) e o terceiro maior parceiro de comércio (também depois do Canadá, e da China). Em 2018, a via dupla em bens e serviços totalizou 678 bilhões de dólares. As exportações no México, portanto, dependem de maneira bastante intensa do fornecimento ao mercado americano e, por sua vez, cerca de 80% de suas exportações foram para os EUA.

A região da fronteira atualmente conta com uma população combinada de aproximadamente 15 milhões de pessoas e a cooperação entre os EUA e México ao longo da fronteira americana contam com a coordenação feita entre oficiais estatais e locais na estrutura transfronteiriça, planejamento de transporte e segurança, tal como colaboração com instituições que lidam com migração, recursos naturais, meio-ambiente e questões de saúde.

Segundo o Council on Foreign Relations, no período de 1994-1996, houve uma preocupação quanto ao crescimento da imigração ilegal, tal como uma maior participação do governo Mexicano em exibir uma nova vontade de se engajar nas questões relacionadas ao tópico. Neste momento, portanto, o governo Clinton – assim como sua administração – voltou seu foco à fronteira.

Em 1993, o Serviço de Imigração e Naturalização (em inglês, como a sigla INS) contou com um orçamento de 1.5 bilhões, mas sua estratégia para localizar imigrantes ilegais foi considerada ineficaz. Já em fevereiro de 1994, os EUA começaram uma nova implementação do plano que aumentaria a segurança na fronteira e pressionaria a deportação de cidadãos ilegais. Em 1996, o Congresso

aprovou uma legislação que autorizava tempo de prisão para alguns imigrantes ilegais, tal como garantia poder para a polícia local nas fronteiras - com o objetivo de defender as leis de imigração.

Nesta perspectiva, em 1998, o Presidente Clinton se torna o primeiro presidente americano a visitar o México desde 1979. Nesta circunstância, o então presidente americano promete ao respectivo presidente Mexicano, Zedillo, que irá evitar deportações em massa de imigrantes ilegais - assinando, por sua vez, uma declaração se comprometendo com Zedillo a considerar uma estratégia conjunta com o presidente para combater a imigração ilegal e o tráfico de drogas.

Em 2000, o novo Presidente Mexicano, Vicente Fox, toma posse com a promessa de melhorar as relações comerciais com os EUA, reduzir a corrupção e o tráfico de drogas, assim como melhorar o status de imigrantes ilegais morando nos EUA. No ano 2000, um número estimado de sete milhões de imigrantes não documentados, nos quais, mais da metade Mexicanos, viviam lá. A posse do Presidente George Bush, por sua vez, deixou clara a prioridade do então representante em focar sua atenção na política externa no que diz respeito à imigração, depois do atentado de 11 de setembro, em 2001 e suas conseqüentes repercussões.

No ano de 2004, seguido do atentado de 2001, a segurança fronteiriça nos EUA se intensificou. Em 2003, o Department of Homeland Security foi criado, reorganizando e renomeando de INS, Serviço de Imigração e Naturalização, para ICE, Immigration and Customs Enforcement. Essa iniciativa fez com que, em 2004, fosse aprovado pelo Congresso uma contratação adicional de cerca de dez mil agentes patrulheiros na fronteira, dobrando a força para vinte um mil agentes em 2010.

Imigrantes mexicanos, que costumavam retornar sazonalmente para seu país natal, começaram a ficar nos EUA por medo de serem apreendidos pelas patrulhas e, por sua vez, serem devolvidos ao seu país de origem. E, neste caso propriamente dito, o governo Mexicano apoiou a decisão dos EUA e afirmou que a escolha de melhor controlar a fronteira seria bem-vinda, afirmando ainda que a reforma da imigração poderia trazer uma migração mais compreensível e segura para todos. A política externa desse país, logo, foi impactada de maneira direta conforme as decisões nacionais dos EUA iam se adaptando ao cenário interno

americano. Primeiramente com a alta imigração mexicana, e posteriormente devido ao atentado de 11 de setembro.

É possível afirmar, portanto, que as ações nacionais dos EUA ligadas às suas questões de imigração podem interferir e afetar diretamente a política de países que tenham algum tipo de relação com a questão da imigração. No caso do México, se foi feito necessário e de bom tom um acordo entre ambas as partes como forma de formalizar e identificar a necessidade de controlar o trânsito ilegal de pessoas que ocorria na fronteira.

Vale observar, contudo, que a boa aceitação do governo mexicano não necessariamente traduz o posicionamento das demais nações que são e foram afetadas com as mudanças legais desta esfera. Enquanto determinados países podem reconhecer e se dispor a trabalhar em conjunto com os EUA, podem existir países onde a tensão diplomática se acirra – seja por conta de discordâncias, ou outras razões – e a relação entre as nações faz-se mais frágil.

Por razão deste debate, é fundamental a discussão da Teoria das Relações Internacionais e os conceitos partidários dos principais partidos americanos, como ilustrado a seguir.

## **5 TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E OS CONCEITOS**

### **PARTIDÁRIOS REPUBLICANO E DEMOCRATA AMERICANOS**

Primeiramente, levando como ponto de partida a análise feita por João Pontes Nogueira e Nizar Messari, no livro, Teoria das Relações Internacionais (2005), serão revisadas de maneira breve as Teorias das Relações Internacionais, como forma de contextualização do cenário de modo a se criar uma relação com os conceitos partidários americanos.

Conforme apresentado pelos autores, o estudo das relações internacionais se faz fundamental para a compreensão da perspectiva do mundo no qual se vive.

Os autores ressaltam, contudo, que essa visão internacionalista nem sempre foi adotada e, durante muitos anos, as pautas internacionais ocupavam um espaço bastante reduzido nas notícias, nos polos acadêmicos e no cotidiano da população (Nogueira e Messari, 2005).

Acreditava-se que questões relacionadas à política exterior eram reservadas exclusivamente ao olhar de diplomatas, ou de elites profissionais com sua educação voltada à tais assuntos e eram pouco conhecidas ou exploradas pela sociedade. O que normalmente aproximava o público de tais temáticas era justamente sua vivência com elas. Em casos de guerra ou conflito, que escancaram a situação da política externa, o assunto seguramente tornava-se alvo de discussão dentre as esferas militares, mas alega-se pelos autores, que sem muita informação repassada ao público. Em reflexões como esta, torna-se claro a mudança de realidade quando comparando os tempos.

Com a globalização e a consequente percepção diminuída de espaço/distância, os tempos se ajustaram às novas demandas e à nova realidade. Atualmente, a presença da política externa tornou-se muito mais acessível e presente. Nos noticiários, por exemplo, diariamente se noticiam assuntos ligados à esfera internacional que se tornaram de interesse do público em geral.

Neste passo, se entende que a Teoria das Relações Internacionais tem o principal intuito de formular métodos e conceitos que permitam a compreensão da natureza e do funcionamento do sistema internacional, bem como explicar os fenômenos mais importantes que moldam a política mundial, como colocado por Nogueira e Messari (2005).

Com isto, primeiramente, será discutido de maneira breve, o realismo. Tal viés é considerado a visão de mundo predominante entre analistas e tomadores de decisão, tendo ocupado uma posição predominante das Relações Internacionais por algumas décadas. Dentre algumas premissas adotadas pelas diferentes vertentes do realismo presentes no mundo atual, existem algumas que são comuns a todos os grupos. Segundo os autores, dentre elas se encontram, a centralidade do Estado – que tem por objetivo central sua sobrevivência, a função do poder – no que seria caracterizada a autoajuda (seja esta por meio de alianças, e a resultante anarquia internacional).

Além disto, existem características específicas inerentes aos realistas, mas não necessariamente são classificadas como conceitos, ou premissas. A primeira diz respeito à ênfase no que acontece na perspectiva do sistema internacional, que pode ser traduzida com base na consideração do que forma este sistema propriamente dito, que é a estabilidade doméstica e a segurança em relação a agressões externas.

No que diz respeito ao plano doméstico, os Estados se caracterizam pelo que Weber denomina de monopólio de uso legítimo de força. Nesta ótica, os Estados são unidades similares ou idênticas do ponto de vista das funções que desenvolvem propriamente. Na visão dos realistas, os indivíduos, sejam líderes políticos, diplomatas ou militares, por exemplo, assim como os grupos que participam e atuam na esfera internacionalista em favor dos interesses nacionais, são os considerados representantes dos Estados.

De maneira generalizada, o Estado é considerado um ator unitário e racional, o que significa que o Estado atua de forma uniforme e homogênea, sempre em prol e em defesa de seus interesses nacionais. A singularidade do Estado pode ser traduzida precisamente pelo fato dele ser considerado pela formatação de seu conjunto, mas por atuar nas relações internacionais representando sempre o todo - dentre indivíduos e grupos de indivíduos - de maneira justa e homogênea.

Neste passo, pode-se entender que o Estado convive com uma realidade em pares. Ou seja, uma realidade interna, na qual este mesmo é soberano e tem a autoridade e legitimidade de impor decisões e diretrizes, e a realidade externa, em que se ausenta de qualquer autoridade que tenha a legitimidade de impor e tomar decisões. Isto porque, naturalmente, sua influência e seu poder não são os mesmos considerando as esferas nacionais e internacionais. No cenário da realidade externa, a única preocupação do Estado se concentra justamente na defesa dos interesses nacionais e a sua respectiva preservação como ator nas relações internacionais.

Por sua vez, a segunda teoria a ser trabalhada neste capítulo, será o liberalismo. Tal viés cresceu consideravelmente após o fim da Guerra Fria e pode ser considerado uma grande tradição do pensamento ocidental, que deu origem a teorias sobre o lugar do indivíduo na sociedade, sobre a natureza do Estado, e sobre a legitimidade das instituições do governo.

O pensamento liberal foi responsável por tecer teorias sobre a organização da economia, em particular sobre a operação de mercados em que produtores individuais atuam livremente na busca de lucro. Esta teoria, portanto, caracteriza-se principalmente pelo seu foco na liberdade do indivíduo propriamente dito, tal como nas relações entre indivíduo, sociedade e governo considerando uma perspectiva doméstica, tendo apenas alguns pensadores liberais dedicando seus estudos aos méritos internacionalistas.

O liberalismo parte do pressuposto de que, por meio da razão, os seres humanos tornam-se capazes de definir seu destino de maneira autônoma, sem qualquer tipo de dependência de forças divinas e de seus respectivos representantes - que, neste caso, seria a Igreja ou senhores feudais, monarcas, etc. Considerando este ponto de partida, torna-se seguro afirmar que tal concepção foi tida como bastante inovadora para seu tempo, visto que defendia a ideia de que os seres humanos são iguais, uma vez que, por natureza, todos possuem a mesma capacidade de descobrir formas de atingir um status de felicidade sem qualquer tipo de necessidade externa.

Essa visão de mundo deu origem à noção de que todos os seres humanos são dotados e detentores dos mesmos direitos, pelo simples fato de terem nascido – o que, por sua vez, deu origem aos chamados direitos naturais à vida, liberdade e propriedade. Neste passo, pode-se afirmar que um dos maiores impasses tidos pelos liberais diz respeito à construção e elaboração de uma sociedade que seja bem-ordenada e capaz de assegurar aos indivíduos as condições mais propícias para o exercício de sua liberdade.

Dito isso, deve-se enfatizar que para os liberais a busca, por indivíduos livres, da realização de seus interesses (sejam estes riqueza, felicidade etc.) produz um resultado social positivo, mesmo que a motivação individual por si só seja egoísta. Por sinal, para muitos liberais, o ser humano inclusive é considerado egoísta por natureza.

Desta maneira, tais motivações individuais que movimentam a comunidade como um todo, como o mercado em si, caracterizam o funcionamento e o progresso da sociedade. Ou seja, as circunstâncias próprias dos seres humanos fazem com o que o bem-estar geral seja alimentado e, conseqüentemente, aumentado - mesmo que sem este objetivo visado individualmente por seus atores. Vale-se citar,

portanto, a mais conhecida versão desta concepção do funcionamento das sociedades modernas, que é a teoria da *mão invisível*, elaborada por Adam Smith (1723-1790).

Tal teoria refere-se ao mecanismo da competição propriamente dito. Tal mecanismo faz com que o desejo de desenvolver e melhorar as próprias condições de vida se torne um agente benéfico para a sociedade. Isto é, a contraposição do impulso de enriquecimento próprio do indivíduo – visando seu bem-estar individual – aos demais, gera uma competição que alimenta a sociedade e o mercado. Dessa competição, portanto, surge a mão invisível para equilibrar o preço das mercadorias e/ou produtos em seus níveis “naturais”.

Nesta perspectiva, pode-se entender que os liberais consideram que as sociedades bem-ordenadas (onde se foi criado um ambiente propício para a exercício da liberdade individual) são plenamente capazes de fazer com que dependências pessoais (como cobiça, ambição, etc.) tornem-se ganhos públicos, como crescimento econômico e o consequente aumento do bem-estar coletivo, já que este tipo de resultado aumenta o poder aquisitivo, a qualidade de vida, e mais.

Quanto à visão dos liberalistas no que diz respeito ao Estado, é possível afirmar que ele é visto como um mal necessário e, ao mesmo tempo, uma ameaça potencial. Isto porque o Estado torna-se necessário para proteção contra ameaças externas, podendo estas ser agressões, invasões ou até mesmo indivíduos que não respeitem a lei.

É importante ressaltar, contudo, que a desconfiança em relação ao Estado é uma característica bastante marcante da tradição liberal, já que do ponto de vista interno, existe sempre a possibilidade do exercício de uma tirania que ameace as liberdades individuais dos cidadãos. Assim sendo, a grande problematização se encontra justamente na contradição existente entre o dever do Estado de proteger os cidadãos contra inimigos externos e suas respectivas consequências que podem, muitas vezes, ser nocivas às liberdades individuais.

Por fim, no que diz respeito à natureza conflituosa da anarquia que caracteriza e rege o sistema internacional, existe um ponto de concordância entre os liberalistas e os realistas. Neste passo, é possível entender que uma sociedade sem governo abre precedente para discórdias incessantes, por interesses majoritariamente divergentes. A diferença entre ambas teorias, contudo, se dá pela

não-aceitação desta condição como imutável. Ou seja, a crença dos liberalistas é a de que o progresso nacional e interno se expande também a um entendimento na esfera das relações internacionais, assegurando a possibilidade de transformação do sistema de Estados em uma ordem mais cooperativa e harmoniosa.

Em sequência, a terceira teoria aqui tratada será o marxismo. Ainda que no âmbito das Relações Internacionais Marx não tenha dado uma contribuição tão significativa e ainda que ele não tenha priorizado em nível de interesse particular o desenvolvimento do capitalismo em escalas internacionais, Marx compreendia o alcance global do capitalismo e tinha noção de sua expansividade e universalidade.

Este pensamento, portanto, desencadeia o que pode ser considerado sua implicação na esfera internacionalista. Ou seja, os conflitos, contradições e mudanças no próprio sistema internacional podem ser interpretados como consequências do desenvolvimento do capitalismo. Para Marx, a transformação da ordem internacional tal como se conhece, seria feita por meio da superação do capitalismo por meio da tese da revolução socialista.

Apesar de não ter contribuído de maneira direta e/ou particular para os temas de política internacional, sabe-se que sua contribuição foi, à sua maneira, fundamental para o desenvolvimento da visão crítica das relações internacionais. Primeiramente, tal pensador convida a refletir acerca das relações humanas não como algo incontrollável vindo de resultados de força da natureza, mas sim como um produto da própria ação das relações humanas. Em segundo lugar, o mesmo explica que o capitalismo por si só deve ser considerado como uma formação histórica, não meramente um fruto de racionalidade, eficiência e mais. Desta maneira, o homem e a mulher, ou seja, os indivíduos em geral, são postos como centro das narrativas sociais, ao invés de objetos passíveis a forças divinas ou naturais.

Para Marx, o capitalismo representava uma força histórica que se generalizaria ao redor do mundo, tornando-se o *modus operandi* dominante das sociedades mundiais. Além disto, também fez temas como exploração de classe (do proletariado, pela burguesia) e o tema da alienação. Observa-se que o marxismo, portanto, é pouco estudado na esfera das Relações Internacionais porque a grande maioria dos autores deste viés entenderam que essa esfera parte de um pressuposto embasado nas análises do capitalismo mundial.



Por fim, o último tópico discutido acerca deste tema, será o construtivismo. Este viés das Relações Internacionais é recente, e foi Stephen J. Walt que incluiu o construtivismo, em conjunto com o realismo e liberalismo, como uma das três abordagens teóricas das Relações Internacionais. O fato é que existem vários construtivismos, desde o mais declarado positivista, até o pós-moderno e o construtivismo de Alexander Wendt, adotado neste trabalho, é apenas um destes enfoques.

É possível afirmar que os construtivistas analisam as relações internacionais como se as mesmas ocorressem inseridas em uma sociedade cujas normas e agentes atuam de modo a se influenciar mutuamente. Vale ressaltar que esta vertente é apresentada pelo próprio autor com sendo um meio termo, uma versão moderada de construtivismo que pretende distanciar-se de formas radicais de idealismo e de versões puramente materialistas. Não puramente isto, mas o construtivismo é considerado uma via média entre o realismo e o liberalismo.

Tal como pode ser notado pelo nome, o maior foco do construtivismo se encontra na construção social da política internacional e, na base de seu argumento, nomeando-as de forma geral, está a ideia de que a realidade é socialmente construída, de que as estruturas são definidas, principalmente por ideias compartilhadas, e não somente por forças materiais, e de que as identidades e os interesses dos atores são construídos por ideias compartilhadas.

Nesta medida, é seguro afirmar que isto significa que as ideias e normas ocupam um papel fundamental na constituição da realidade e dos agentes, tal como na definição de identidades e interesses. Os atores desta realidade estão imersos em uma estrutura social que os constitui e que, por sua vez, é constituída mutuamente com esses atores no processo de interação.

Pode-se dizer que uma das grandes questões que aparecem para o construtivismo se refere ao posicionamento do papel das ideias na vida social. Tal abordagem tem como principal objetivo o aprofundamento da forma como as ideias constituem o mundo no qual vivemos e como esse processo é dado.

O construtivismo, por sua vez, rebate tais questões afirmando que as questões materiais – sendo estas significativas de poder ou o conteúdo dos interesses – são, em grande parte, função das ideias. Isto é, as ideias são as principais responsáveis por constituir a base material do sistema em si.

Como forma de materializar a importância das ideias na política internacional, Alexander Wendt apresenta o debate entre materialismo e idealismo. Neste momento, segundo o autor, ambos vieses reconhecem o papel das ideias, mas não entram em concordância quanto aos impactos das mesmas na esfera social.

Dessa maneira, o argumento materialista se resume à premissa de que a natureza e organização das forças materiais são o fator mais importante da sociedade. Ou seja, pode-se entender que, para Wendt, uma teoria é considerada materialista quando os efeitos do poder, dos interesses dos atores ou das instituições são explicados pelas forças materiais brutas (essas sendo a capacidade militar, tecnologia e recursos naturais). Para os idealistas, por sua vez, a distribuição de ideias ou de conhecimento é o fator mais importante da sociedade.

Por isso, Wendt argumenta que tanto os fenômenos naturais, quanto os fenômenos sociais podem ser formados por dois tipos de estruturas, sendo estas internas ou externas. Se por um lado o pensador enfatiza o papel das ideias na política internacional, por outro, o autor reserva um espaço para um tipo de materialismo residual, definido em termos de força material bruta.

Wendt lembra, contudo, que tais forças materiais brutas têm efeito independente na política internacional, visto que o campo ideológico não explica e/ou resolve todas as questões. O ponto que se tira deste mérito, é justamente a compreensão de que a interação entre as duas forças que surte efeito na política internacional.

O fato de as ideias terem um papel fundamental na política internacional não significa que as questões relacionadas a poder e aos interesses nacionais percam sua relevância. Assim, Wendt mantém a importância do poder e dos interesses para a explicação do fenômeno internacional, ao passo em que continua afirmando e acreditando que os significados atribuídos pelos atores a essas forças são muito mais relevantes.

Os conceitos que formam o construtivismo, portanto, são em sua maioria, os de estrutura, agente identidades, interesse e interação. E, isso tudo devido à relevância do papel das ideias na política internacional, considerada como socialmente construída pelos atores por meio de práticas sociais.

As ideias por si só não dizem respeito exclusivamente à estrutura social, na qual interagem os atores e as identidades dos mesmos, mas também ao conteúdo de questões materiais, significado de poder e interesses. Essa estrutura, assim sendo, foi entendida como um fenômeno social ou cultural, que sinaliza os diferentes papéis que podem ser assumidos no sistema internacional.

Após uma breve pincelada nos conceitos por trás das Teorias das Relações Internacionais, será agora abordado um pouco sobre os partidos políticos americanos para que, ao fim deste capítulo, seja estabelecido uma possível relação entre ambas as partes.

## 5.1 OS CONCEITOS PARTIDÁRIOS: DEMOCRATA E REPUBLICANO

Considerando uma abordagem macro e sintetizada, o Partido Republicano conta um viés mais alinhado ao pensamento político conservador ou liberal conservador. Neste sentido, há por parte dos republicanos um apreço pelos princípios conservadores - como a defesa da propriedade privada, do porte de armas, do livre mercado e da livre concorrência, sendo denominados como um partido de direita. O Partido Democrata, por sua vez, possui um viés associado à tradição da *esquerda democrática*.

O Partido Democrata, representado em seu símbolo pelo burro<sup>2</sup> - como exemplificado na imagem abaixo, é considerado liberal, de centro-direita.

---

<sup>2</sup> Notar que o animal simbolizado pelos democratas, o burro, não carrega consigo nenhuma conotação se comparada com a simbologia tida pelo mesmo no Brasil.



Figura 12 – Símbolo do Partido Democrata

Fonte: Google Images.

Este partido é um dos dois principais partidos políticos dos EUA e é geralmente associado a políticas consideradas mais progressistas. O partido apoia a igualdade social e econômica, favorecendo uma maior intervenção do governo na economia, mas se opondo ao envolvimento do governo nos assuntos nãoeconômicos privados dos cidadãos.

Este partido tem como característica a defesa do direito civil das minorias e o apoio a uma rede de segurança para indivíduos, assistindo diversos programas de assistência social. Além disso, apoiam também programas de proteção ambiental,

---

controle de arma, leis de imigração menos rígidas e mais humanitárias, tal como direitos trabalhistas.

Normalmente, os democratas baseiam sua participação na proteção dos direitos civis, num governo federal forte, com poderes para regular negócios e indústrias no interesse público - além de serviços sociais financiados pelo governo federal e benefícios para os menos afortunados, desempregados, idosos e outro grupos. A maioria dos democratas também ratifica a importância entre uma forte separação entre igreja e Estado.

Por sua vez, o Partido Republicano é representado em seu símbolo pelo elefante, como pode ser observado na imagem abaixo.

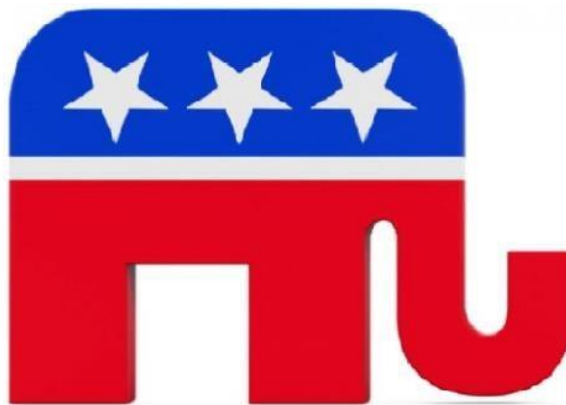


Figura 13 – Símbolo do Partido Republicano

Fonte: Google Images

De forma geral, o Partido Republicano defende o chamado conservadorismo norte-americano, que é um conjunto de valores políticos voltados para a tradição, livre comércio, republicanismo e liberdades individuais.

A plataforma do partido defende, em sua generalidade, a diminuição de impostos, a liberdade de empreender, o direito ao porte de arma, o livre comércio e o fortalecimento da defesa nacional. Além disto, os mesmos acreditam que o sucesso da econômica, tal como seu desenvolvimento, deve ser pautado no livre comércio e no direito individual de empreender. Nesse contexto em específico, o partido defende – em regra – o fim de programas sociais dirigidos pelo governo.

Em geral, o Partido Republicano segue o conservadorismo fiscal, defendendo a diminuição de impostos, a diminuição de gastos e dívidas do governo, privatização e ausência de regulação da economia. Estes são majoritariamente conservadores - embora existam alas libertárias no partido, e defendem de forma tradicional, valores como a família, liberdade etc. Neste aspecto, temas como porte de arma (que estes são favoráveis), oposição à legalização das drogas, proibição do aborto e mais são característicos do partido.

Torna-se importante destacar, portanto, que as Teorias das Relações Internacionais podem ter sido grandes ferramentas no embasamento da ideologia dos partidos, não necessariamente por meio de uma relação direta ou exclusiva de uma teoria a um partido, mas ao conjunto de ideias proporcionado por tal disciplina e interdisciplinaridade.

No que diz respeito à imigração, o partido é dividido. Enquanto os conservadores defendem a deportação de imigrantes ilegais, os mais populistas se colocam a favor de medidas que possibilitem que os imigrantes desenvolvam alguma renda por meio do trabalho e que se tornem cidadãos.

A partir desta discussão, será explorada a forma na qual os representantes em questão traduzem suas atitudes e condizem com os ideais levantados por seus partidos, levando em conta ações efetivas.

#### 5.1.1 Posicionamento Trump e Obama, traduzido em ações

O posicionamento de ambos os presidentes, Barack Obama e Donald Trump, sempre foi bastante claro. Ainda que houvesse pontos de convergência no que diz respeito ao foco de atuação, neste caso, a imigração – ao longo do tempo existiram divergências marcantes no que diz respeito ao caminho que foi levado até determinado resultado e seu consequente modo de atuação.

Nesta perspectiva, podemos observar o *modus operandi* individual, já citado anteriormente, mas brevemente resgatado aqui. Obama descentralizou o nível de deportações das localidades com maior índice de imigrantes estabelecidos no país há uma quantidade significativa de tempo, como forma de driblar e poupar possíveis famílias construídas e laços desenvolvidos. Trump, por sua vez, atuou de maneira concisa ao direcionar seu foco justamente para tais localidades.

Assim sendo, torna-se possível o entendimento de que maiores ações foram tomadas ao longo dos anos de mandato de ambos os presidentes, que caracterizassem e expressassem suas ideologias, demarcando-as em forma de ação e, conseqüentemente, ressaltando suas principais divergências ideológicas.

O ObamaCare, também conhecido como Lei de Assistência Acessível (em inglês, ACA), estabelecida em 2010, foi uma das reformas mais ambiciosas na história do sistema de saúde americano e um grande embasamento para o que foi afirmado anteriormente.

De acordo com o site governamental HealthCare.gov, a Lei de Assistência Acessível exige que qualquer pessoa que resida nos Estados Unidos, sendo ela americana ou estrangeira, deve aderir a um plano de saúde. Essa lei coloca sob pena de multa o não cumprimento de tal exigência enquanto proíbe as seguradoras de variar ou adaptar os valores com base no histórico clínico ou sexo, de se recusar a assegurar um paciente que possa ser considerado custoso ou limitar a quantidade de reembolsos anuais. O ObamaCare surgiu na realidade norte-americana de modo a viabilizar a saúde aos seus cidadãos de mais variadas classes e idades, num país onde a saúde é considerada extremamente cara e com alto impacto financeiro para a vida da população.

Tal perspectiva, portanto, não foi partilhada pelos Republicanos. Para os mesmos, a obrigatoriedade de ter um plano de saúde é visto como um abuso de poder por parte do governo e, com tal argumentação, foram eliminadas as multas tanto para os cidadãos que não tivessem um plano, quanto para as seguradoras que adaptassem seus valores com base em precedentes discriminatórios de qualquer gênero.

Trump, em seu turno, afirmou que existem alternativas previstas para o ObamaCare, vindos do partido Republicano e reafirmou, mais uma vez, a discordância ideológica não somente entre partidos, mas entre os presidentes em si.

No que diz respeito a ações notórias de distinção de *modus operandi*, podese observar tal afirmação pelo posicionamento de Trump ao reafirmar a necessidade da construção do muro na fronteira entre Estados Unidos e México. Em uma coletiva de imprensa, em fevereiro de 2019, o então presidente justificou a construção do muro pelo que chama de invasão de imigrantes centro-americanos em uma situação ilegal – tal como uma entrada constante de drogas e criminosos pela fronteira.

A promessa de construção de um muro foi uma das principais afirmações feitas por Trump em seu período de campanhas, nas eleições de 2016, e foi um tema bastante discutido no Congresso com o partido oposto, os democratas. Em janeiro de 2019, houve uma paralisação parcial do governo federal dos EUA, a mais longa da história americana. Tal shutdown (como chamado pela imprensa americana) se deu devido ao bloqueio do orçamento, resultante da disputa entre o

presidente Donald Trump e a oposição democrata por conta da construção do muro nos territórios fronteiriços.

De um lado, era possível observar Trump informando que só aprovaria o orçamento anual, se os congressistas incluíssem no projeto quase US\$ 6 bilhões para o direcionamento específico da barreira física que, segundo ele, seria a solução para impedir a imigração ilegal nos Estados Unidos. No outro lado, se encontrava a Câmara, controlada pela maioria de democratas, e que não concordava na inclusão do orçamento solicitado pelo então presidente, sob a acusação de que Trump estaria fabricando uma crise e fechando o país.

Neste passo, o líder da maioria democrata no Senado, Chuck Summer, afirmou que seu partido se encontrava favoravelmente à maior segurança na fronteira dos Estados Unidos com o México, mas que a viabilização de tal ideal por meio de um muro, era desnecessário. Ambos Democratas e Republicanos iam de encontro ao mesmo propósito – neste caso, redução da imigração ilegal, constante entrada de drogas e criminosos pela fronteira – mas discordavam no que dizia respeito à maneira mais eficaz de fazê-lo.

Tais eventos servem de reafirmação para a distinção advinda do *modus operandi* anteriormente citado e posteriormente analisado. A distinção de ambos os presidentes ao traduzir em ações seus respectivos embasamentos ideológicos, no que diz respeito principalmente às políticas sociais e migracionais, podem ser bastante demarcadas quando identificado o caminho pelos quais são escolhidos para concluir suas motivações e objetivos e se materializam de forma distinta quando tratam da imigração formal ou informal e com o atendimento da assistência social e de saúde aos cidadãos daquele país.



## 6 CONCLUSÃO

É possível concluir por meio deste trabalho que a temática ligada à imigração – que vem se fazendo bastante presente nos debates da atualidade, principalmente no que diz respeito ao posicionamento americano frente ao assunto – levanta inúmeras questões acerca da logística e gestão política dos respectivos representantes norte-americanos.

Dito isto, torna-se possível afirmar que o trabalho demonstra a colocação dos dois últimos presidentes americanos, sendo estes o ex-presidente Barack Obama, que deixou o cargo em 20 de janeiro de 2017 e o atual presidente Donald Trump, que assumiu o posto logo em seguida – de modo a analisar a real participação dos respectivos presidentes no que cerne a questão da imigração e como é possível identificar as motivações por trás da tomada de decisão dos mesmos, tal como a maneira na qual se foi feita a concretização de suas ideologias.

No primeiro capítulo, portanto, foi feita uma breve introdução acerca do tema a ser abordado no trabalho como um todo. Neste momento, foi possível analisar como se construiu a imigração ao longo dos anos, e quais foram os fatores considerados determinantes para os principais picos de fluxo migracional.

A parcela de imigrantes chegando aos EUA teve sua primeira regulação significativa nos anos de 1921 e 1924, onde se implementaram leis de imigração bastante restritas, em que os principais canais se mantiveram abertos quase que exclusivamente aos europeus. Além disto, a chegada da Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial também se associaram à consequente queda de imigrantes, ao gerar um declínio nestas taxas. Lembrando que neste período, um dos recordes mais baixos no quesito imigração foi alcançado – cerca de 4.7%.

Apesar deste momentâneo enfraquecimento das taxas, as mesmas voltaram a subir com a imigração em larga escala vindo da Ásia e América Latina – contrastando em grande parte com a tendência obtida nos anos anteriores, quando os imigrantes eram majoritariamente europeus.

O segundo capítulo, por sua vez, se propôs a explorar os conceitos definidores de imigrantes considerados legais e ilegais – estes também mencionados como ilegal

aliens, segundo definição explorada pelo Migration Policy, nos EUA, que atualmente contam com a maior parcela de imigrantes do mundo.

Por definição governamental, os imigrantes legais carregam tal título por serem portadores de documentação legal própria e específica do trâmite migracional, por meio da aplicação apropriada para sua respectiva condição e, por fim, aceitas de acordo com o enquadramento na qual se encaixam. Esta documentação, assim sendo, é a que garante direitos plenos ao cidadão – tal como possibilitam o trabalho e vida no país.

Os ditos imigrantes legais podem se encaixar em alguns caminhos principais – dentre eles, relacionamento familiar, patrocínio trabalhista e mais, sendo constatado em 2017 que cerca de metade dos novos residentes (49%, ou seja, o equivalente a 1.1 milhão de pessoas) receberam seus *greencards* – ou permanência de residência – já dentro dos EUA. Tal informação, portanto, traduz que muitos destes residentes permanentes se encaixam no perfil de cônjuges, crianças menores de idade, parentes de cidadãos americanos e mais.

Estabelecendo uma concordância entre as informações fornecidas no primeiro capítulo e no segundo, se constata que – no período de 2012 a 2016 – algo em torno de dois terços dos imigrantes ilegais nos EUA atualmente são de origem mexicana e/ou nascidos na América Central. Além disto, tais números foram seguidos pela Ásia, América do Sul, Europa, Canadá, Oceania, Caribe e, por fim, da África.

A grande participação da temática de imigração nos fóruns atuais é refletida pelo posicionamento do governo americano no que diz respeito à tais imigrantes ilegais. O site U.S. Department of State, ao afirmar que esse movimento fronteiriço ilegal ameaça a segurança nacional, pública, suprime salários e vulnerabiliza os imigrantes, transparece sua preocupação com este tópico e sua repercussão atualmente.

Por sua vez, o terceiro capítulo foi responsável por analisar o papel da mídia na perspectiva da imigração, tal como a reflexão sobre o real posicionamento de cada representante frente à esta situação. Neste momento, foram avaliados programas e políticas adotadas, tal como se mensura a importância do aprofundamento individual de dados, estabelecendo uma certa distância da possível

manipulação da opinião política decorrente de meios de informação presentes atualmente.

As grandes manchetes, ao analisarem as afirmações políticas feitas pelo então presidente Donald Trump acerca da construção de um muro na fronteira entre México e EUA, e suas grandes pretensões no que dizia respeito ao campo de imigração – mais especificamente, deportações, levantaram alguns pontos acerca de sua proposta, mas também alguns pontos da proposta do presidente anterior, Barack Obama.

Após esclarecimentos básicos, foi-se possível chegar ao entendimento de que não se deve observar nenhum lado como vilão, ou como herói – diferente do exposto pela mídia (muitas vezes sensacionalista) e pelos partidos políticos. Neste passo, ao se observar Obama tendo seus índices de deportação mais altos que os de Trump (lembrando, neste caso, que o mandato do segundo ainda não foi concluído) e tendo sido pouco explorado pela mídia em seu posicionamento, é concebível a conscientização de que, na verdade, houveram políticas consideradas mais humanizadas e consideradas mais bem-pensadas por trás de tal posicionamento.

Programas como o Secure Communities – desenvolvido na era Bush, servem de grandes norteadores da questão migracional nos Estados Unidos, e podem ser considerados pontos cruciais para o molde do que hoje se analisa neste cenário.

Por seu turno, a grande influência da mídia no cenário de política externa conversa com a proporção que tais pronunciamentos e ações tomam numa perspectiva internacional e, conseqüentemente, afetam as relações internacionais entre os Estados Unidos e seus respectivos interativos.

A relação dos EUA com o México, por exemplo, teve bastante foco na esfera internacional com a chegada do atual presidente, principalmente pelo potencial de tais afirmações e pretensões abalarem a relação e a interação entre os dois países em questão. Neste caso, após o atentado de 11 de setembro de 2001, as políticas americanas adotadas de controle migracional foram aceitas de maneira amigável pelo governo mexicano, que entendeu a necessidade de controlar o trânsito legal de pessoas, começando pela fronteira.

Por fim, no quarto capítulo, é analisada – em um primeiro momento – a perspectiva das Teorias das Relações Internacionais. Tal reflexão foi responsável por remeter às principais teorias (ou as consideradas teorias clássicas), sendo elas o realismo, liberalismo, marxismo – que não é propriamente considerado uma teoria – e o construtivismo.

Este ponto de partida serviu como embasamento para estabelecimento de relação entre os partidos norte-americanos presentes recorrentemente nas eleições – sendo estes o Republicano e Democrata – de modo a compreender as possíveis raízes destes, tal como pontos de convergência entre a ideologia adotada por eles, e as explicitadas pelas Teorias das Relações Internacionais.

Finalmente, o trabalho se encerra com a intenção de analisar o impacto das políticas imigratórias norte-americanas – considerando perspectivas distintas, em cenários não somente nacionais e/ou domésticos, mas sua respectiva influência no campo da política externa e a consequente participação da mídia neste ciclo.

O posicionamento adotado pelos presidentes Barack Obama e Donald Trump no que diz respeito à imigração foi o principal alicerce dessa construção, fazendo com que se fosse possível uma análise de seus índices e taxas nos mais diversos campos desta esfera, levando-os como parâmetro para a formação de uma opinião e de fatos coerentes com os acontecimentos e devidamente embasada.

A finalização deste trabalho, à sua vez, se dá pela importância de tal conhecimento e reflexão ao contexto do aluno LEANI. O conhecimento acerca do cenário internacional de maneira imparcial e a capacidade da desenvoltura de uma opinião, e posicionamento livre de quaisquer amarras sensacionalistas, molda um profissional que precisa lidar com a flexibilidade de entender as relações internacionais.

A construção de um bom profissional se baseia, em grande parte, na aptidão individual de analisar diferentes perspectivas com base em dados e levando em conta a consistência ao sempre buscar fontes confiáveis, dados oficiais e concepções que sempre levem em conta os dois lados da moeda presentes em quaisquer ocasiões.

A importância da análise imparcial e do aprofundamento embasado em fatos e informações se faz ainda mais marcante em um contexto de constante bombardeamento e manipulações midiáticas vindas do avanço dos meios de

comunicação. O presente trabalho, portanto, se firma ao desconstruir e embasar a realidade de um cenário internacional de maneira imparcial e possibilita ao estudante em formação a entrar em contato com um assunto bastante repercutido na atualidade, mas de forma a conferi-lo a independência de interpretar as informações e compreender as relações internacionais tais como são vistas nos dias de hoje.

### **REFERÊNCIAS**

ACNUR. Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes. Disponível em: <https://www.acnur.org>. Acesso em: 21 ago. 2019.

CATO INSTITUTE. Trump Administration Expands Interior Immigration Enforcement. Disponível em: <https://www.cato.org/>. Acesso em: 2 out. 2019.

CATO INSTITUTE. Trump Administration Expands Interior Immigration Enforcement. Disponível em: <https://www.cato.org/>. Acesso em: 25 set. 2019.

CNN. Yes, Obama deported more people than Trump but context is everything. Disponível em: <https://edition.cnn.com/>. Acesso em: 25 set. 2019.

HEALTHCARE.GOV. Affordable Care Act (ACA). Disponível em: <https://www.healthcare.gov/>. Acesso em: 6 out. 2019.

HOMELAND SECURITY. Annual Report - Immigration Enforcement Actions: 2017 - March 2019. Disponível em: <https://www.dhs.gov/>. Acesso em: 24 set. 2019.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (IOM). World Migration Report 2018. Disponível em: <https://www.iom.int/>. Acesso em: 3 out. 2019.

MIGRATION POLICY INSTITUTE. The Obama Record on Deportations: Deporter in Chief or Not? Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/obama-recorddeportations-deporter-chief-or-not>. Acesso em: 12 dez. 2019.

MIGRATION POLICY REPORT. Illegal Immigration & Interior Enforcement. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/programs/data-hub/state-immigration-dataprofiles>. Acesso em: 18 set. 2019.

NATIONAL ARCHIVES. Census. Disponível em: <https://www.archives.gov/research/census>. Acesso em: 22 out. 2019.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar; Teoria das Relações Internacionais: subtítulo do livro. 2005. ed. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Elsevier Editora Ltda, 2005. p. 1-185.

POPULATION DIVISION . Trends in International Migrant Stock: The 2017 revision (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2017). Disponível em: <https://www.un.org/>. Acesso em: 6 out. 2019.

POPULATION DIVISION . World Population Prospects: The 2017 revision, DVD Edition. World Bank (2017). Disponível em: <https://www.un.org/>. Acesso em: 6 out. 2019.

THE NEW YORK TIMES. No More Family Separations, Except These 900. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/07/30/us/migrant-familyseparations.html>. Acesso em: 12 dez. 2019.

THE WALL STREET JOURNAL. Why Trump Has Deported Fewer Immigrants Than Obama. Disponível em: <https://www.wsj.com/>. Acesso em: 3 out. 2019.

U.S DEPARTMENT OF STATE - BUREAU OF CONSULAR AFFAIRS. Diversity Visa Program, DV 2016-2018: Number of Entries Received During Each Online Registration Period by Country of Chargeability. Disponível em: <https://travel.state.gov/content/travel.html>. Acesso em: 20 set. 2019.

U.S. CITIZENSHIP AND IMMIGRATION SERVICES. Green Card Eligibility Categories. Disponível em: <https://www.uscis.gov/>. Acesso em: 14 ago. 2019.

U.S. CUSTOMS AND BORDER PROTECTION. Border Security. Disponível em: <https://www.cbp.gov/>. Acesso em: 22 set. 2019.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. Foreign Policy Agenda. Disponível em: <https://www.state.gov/>. Acesso em: 25 set. 2019.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. International Migration . Disponível em: <https://www.state.gov/>. Acesso em: 1 out. 2019.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. Relations with Mexico. Disponível em: <https://www.state.gov/>. Acesso em: 2 out. 2019.

U.S. HOUSE OF REPRESENTATIVES - COMMITTEE ON FOREIGN AFFAIRS. About (página sobre a história do comitê). Disponível em: <https://foreignaffairs.house.gov/>. Acesso em: 01 out. 2019.

U.S. IMMIGRATION AND CUSTOMS ENFORCEMENT. Immigration. Disponível em: <https://www.ice.gov/>. Acesso em: 22 set. 2019.

U.S. IMMIGRATION AND CUSTOMS ENFORCEMENT. Removal Statistics. Disponível em: <https://www.ice.gov/>. Acesso em: 22 set. 2019.

UNITED NATIONS, DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, POPULATION DIVISION . Trends in International Migrant Stock: The 2017 revision (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2017). Disponível em: <https://www.un.org/>. Acesso em: 6 out. 2019.

WASHINGTON STATE DEPARTMENT OF SOCIAL AND HEALTH SERVICES. What's the difference between legal and undocumented immigrants? Disponível em: <https://www.dshs.wa.gov/>. Acesso em: 22 ago. 2019